

ESP-ACADEMIA DE POL. MILITAR BARRO BRANCO

## Edital 14/2026

### Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
14/2026	180174-ESP-ACADEMIA DE POL. MILITAR BARRO BRANCO	FELIPPE ANSELMO COSMO	25/05/2026 10:47 (v 0.8)
Status	ASSINADO		

### Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		057.00258434/2025-90

### PREGÃO ELETRÔNICO SRP

PR-174/0015/26 - 90015/2026

### CONTRATANTE (UASG)

180174 - Academia de Polícia Militar do Barro Branco

### OBJETO

Constituição de registro de preços para aquisições futuras de de materiais de montaria, materiais de higiene e suplementação alimentar para os Equinos do Destacamento Montado do Barro Branco.

### VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 508.255,18

### DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 10/06/2026 às 08h30 (horário de Brasília)

### CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço

### MODO DE DISPUTA:

Aberto

### PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Exclusivo ME/EPP / Amplo

## Sumário

1	DO OBJETO	3
2	DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
4	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
6	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	7
7	DA FASE DE JULGAMENTO	10
8	DA FASE DE HABILITAÇÃO	12
9	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	14
10	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	14
11	DOS RECURSOS	15
12	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	15
13	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	17
14	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	18
15	RESPONSÁVEIS	19

# Preâmbulo

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO BARRO BRANCO



PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° PR-174/0015/26 - 90015/2026

PROCESSO SEI N° 057.00258434/2025-90

PROCESSO SIAFEM N° 20260419488

Torna-se público que o Estado de São Paulo - Polícia Militar do Estado de São Paulo, por meio do Seção de Finanças da Academia de Polícia Militar do Barro Branco (UGE 180174), sediado a Avenida Água Fria, 1923, Tucuruvi, São Paulo - SP, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

## 1. Do objeto

**1.1. O objeto da presente licitação é a constituição de registro de preços para aquisição de materiais de montaria, materiais de higiene e suplementação alimentar para os Equinos do Destacamento Montado do Barro Branco, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.**

**1.2. A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.**

## 2. Do registro de preços

**2.1. Trata-se de licitação para registro de preços, em que as regras referentes aos órgãos ou entidades gerenciador e participante(s), bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços apresentada como Anexo deste Edital.**

**2.1.1. Com supedâneo no inciso I do artigo 7º do decreto 11.462/2023 e § 1º do artigo 86 da Lei 14.133/2021, considerando que a APMBB será o único órgão contratante e diante da ausência de estrutura administrativa satisfatória e insuficiência de pessoal para gerenciar possíveis participantes de outros órgãos, a administração da APMBB não realizará a divulgação da intenção de registro de preços.**

### 3. Da participação na licitação

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.**

**3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:**

**3.5.1. Para os itens 1 à 19 e 21 à 36 a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.**

**3.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.**

**3.5.2. Para os itens 20 a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.**

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata o subitem anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o subitem 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos subitens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.**

**3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.**

## **4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação**

**4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.**

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o **preço**, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.5

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no subitem 4.4.1 ou no subitem 4.4.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa).

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os subitens 4.3 a 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. Do preenchimento da proposta

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

### **5.1.1. Valor unitário e total do item;**

### **5.1.2. Fabricante.**

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. Nesta licitação para registro de preços, o licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para futura contratação, nos termos da documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem anterior deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.**

**5.8.1. o presente prazo é imprescindível tendo em vista que a licitação será realizada com indicação de recursos. E devido a necessidade de trâmites administrativos internos para o repasse do recurso, se faz necessária a imposição de um prazo maior de validade de proposta com o objetivo em trazer segurança jurídica e financeira ao processo licitatório e ao atendimento da necessidade pública da contratação.**

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.9.1. Caso seja definido no início deste Edital o critério de julgamento por maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no subitem anterior.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.11. O fornecedor que for pessoa física não empresária, ao ofertar sua proposta ou lance, deverá acrescentar o percentual de 20% (vinte por cento) do valor de comercialização a título de contribuição patronal à Seguridade Social, que constitui obrigação da Administração Contratante, para fins de melhor avaliação das condições da contratação pela Administração.

5.11.1. O valor acrescido a título de contribuição patronal à Seguridade Social de que trata a subdivisão acima deverá ser subtraído do valor da proposta final do adjudicatário e recolhido, pela Administração, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por ocasião da liquidação e pagamento em contratação que venha a ser celebrada.

5.12. Na hipótese de que trata o § 1º do art. 18-B da Lei Complementar nº 123, de 2006, o fornecedor que for Microempreendedor Individual (MEI), ao ofertar sua proposta ou lance, deverá acrescentar o percentual de 20% (vinte por cento) do valor de comercialização a título de contribuição patronal à Seguridade Social, que constitui obrigação da Administração Contratante, para fins de melhor avaliação das condições da contratação pela Administração.

5.12.1. O valor acrescido a título de contribuição patronal à Seguridade Social de que trata a subdivisão acima deverá ser subtraído do valor da proposta final do adjudicatário e recolhido, pela Administração, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por ocasião da liquidação e pagamento em contratação que venha a ser celebrada.

## **6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, correspondendo ao menor preço.

**6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser para:**

**6.8.1. o item 1: R\$ 37,00;**

**6.8.2. o item 2: R\$ 2,00;**

**6.8.3. o item 3: R\$ 4,00;**

6.8.4. o item 4: R\$ 2,00;

6.8.5. o item 5: R\$ 8,00.

6.8.6. o item 6: R\$ 8,00;

6.8.7. o item 7: R\$ 2,00;

6.8.8. o item 8: R\$ 3,00;

6.8.9. o item 9: R\$ 6,00;

6.8.10. o item 10: R\$ 2,00;

6.8.11. o item 11: R\$ 3,00;

6.8.12. o item 12: R\$ 0,70;

6.8.13. o item 13: R\$ 0,30;

6.8.14. o item 14: R\$ 1,00;

6.8.15. o item 15: R\$ 9,00;

6.8.16. o item 16: R\$ 6,00;

6.8.17. o item 17: R\$ 1,00;

6.8.18. o item 18: R\$ 3,00;

6.8.19. o item 19: R\$ 3,00;

6.8.20. o item 20: R\$ 3,00;

6.8.21. o item 21: R\$ 10,00;

6.8.22. o item 22: R\$ 1,00;

6.8.23. o item 23: R\$ 1,00;

6.8.24. o item 24: R\$ 2,00;

6.8.25. o item 25: R\$ 10,00;

6.8.26. o item 26: R\$ 2,00;

6.8.27. o item 27: R\$ 4,00;

6.8.28. o item 28: R\$ 0,30;

6.8.29. o item 29: R\$ 0,60;

6.8.30. o item 30: R\$ 4,00;

6.8.31. o item 31: R\$ 1,00;

6.8.32. o item 32: R\$ 1,00;

6.8.33. o item 33: R\$ 0,60;

6.8.34. o item 34: R\$ 0,80;

6.8.35. o item 35: R\$ 4,00;

6.8.36. o item 36: R\$ 0,16.



6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.3.1. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. Da fase de julgamento

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2006.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5. e 4.5 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o subitem 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata o subitem anterior se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## 8. Da fase da habilitação

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados na documentação que constitui Anexo deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.3.1. Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas

normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital .

## 9. Da ata de registro de preços

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **05 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.1.2. A ata de registro de preços será assinada com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável, e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.2. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes na documentação que integra este Edital, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.3. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

9.5. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas neste item 9, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, observado o disposto no item 10 deste Edital.

## 10. Da formação do cadastro de reserva

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário na forma da alínea "a" do subitem anterior não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão, na ordem de classificação, aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra este Edital, poderá:

- a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observados o disposto neste item 10 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**10.4. Após o fim da fase recursal, que sucederá à habilitação do fornecedor classificado em primeiro lugar, será aberto um prazo de 2 (duas) horas para que os demais fornecedores interessados em integrar o cadastro reserva possam se manifestar.**

**10.4.1. Os fornecedores deverão enviar um e-mail para [ampbbuge@policiamilitar.sp.gov.br](mailto:ampbbuge@policiamilitar.sp.gov.br), contendo sua proposta assinada, especificando os itens em que desejam participar do cadastro reserva.**

**10.4.2. No envio da proposta, o fornecedor deve indicar claramente se aceita cotar o objeto com o preço do fornecedor habilitado ou se prefere manter sua proposta original, desde que observado o preço de referência.**

## 11. Dos recursos

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
  - 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [apmbbugue@policiamilitar.sp.gov.br](mailto:apmbbugue@policiamilitar.sp.gov.br).

## 12. Das infrações administrativas e sanções

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato
  - 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
  - 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
  - 12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
    - 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.
  - 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
    - 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação ou a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos pela Administração

- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.4. As sanções serão aplicadas em conformidade com a Resolução nº SSP05/2026, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 02MAR26, que integra este instrumento, após regular processo administrativo.**

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15(quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no subitem 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos subitens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no subitem 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos



do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.21. Tratando-se de licitação para registro de preços:

12.21.1. Será da competência do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

12.21.2. Será da competência do respectivo órgão ou entidade participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

12.21.3. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora as ocorrências descritas na subdivisão anterior.

## 13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: [apmbbuge@policiamilitar.sp.gov.br](mailto:apmbbuge@policiamilitar.sp.gov.br).**

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema COMPRASGOV, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.**

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

## 14. Das disposições gerais

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho a assinatura de Nota de Empenho.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual", de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa.

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

14.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:

14.2.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

14.2.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

14.2.2.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1 As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) **e no endereço eletrônico [apmbbuga@policiamilitar.sp.gov.br](mailto:apmbbuga@policiamilitar.sp.gov.br)**.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

**14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;**

**14.15.2. ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar;**

**14.15.3. ANEXO III - Modelo de planilha de proposta;**

**14.17.5. ANEXO IV - Modelo(s) de Declaração(ões);**

**14.17.6. ANEXO VI – Minuta de Ata de Registro de Preços.**

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**TAIANY CAROLINE SANTANA DA SILVA**

Responsável pelo edital



*Assinou eletronicamente em 25/05/2026 às 10:47:29.*

ESP-ACADEMIA DE POL. MILITAR BARRO BRANCO

Termo de Referência 38/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
38/2025	180174-ESP-ACADEMIA DE POL. MILITAR BARRO BRANCO	JEFFERSON DE CARVALHO COSTA	13/05/2026 16:04 (v 0.13)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		057.00258434/2025-90

1. Definição do objeto

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição, por meio de Sistema de Registro de Preços, de materiais de montaria, materiais de higiene e suplementação alimentar para os Equinos do Destacamento Montado do Barro Branco, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento

ITEM	DESCRIÇÃO	SIAFÍSICO BEC	CÓDIGO COMPRAS GOV (catmat)	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Sela Em Couro: Sela de salto, tipo inglesa, tamanho 17,5", confeccionada em couro bovino de alta qualidade tipo exportação na cor preta com garantia de, pelo menos 1 (um) ano no que se refere ao tingimento do couro. A armação deverá ser confeccionada em madeira laminada tratada, com pintura anti-umidade e reforçada com aço inoxidável, ou outro material com qualidade equivalente, como polipropileno rígido, e com garantia de, no mínimo, 05 (cinco) anos. O assento e as borraínas confeccionadas em couro duplo engraxado antiderrapante com espessura de 2mm e com preenchimento em poliuretano injetável macio e com memória elastomérica. As abas deverão ser confeccionadas em sola 5mm com borraínas fixas. O suadouro em couro duplo de 2mm com preenchimento em	3968405	341503	Unidade	15	R\$ 3.775,66	R\$ 56.634,90

	<p>poliuretano injetável macio e com memória elastomérica. Os portadores deverão ser fundidos em aço inox e com trava de segurança. Deverá conter duas meia argolas para fixação de peitoral e 3 ponteiros para a cilha.</p>						
2	<p>Protetor lombar confeccionado em composto anti-impacto, com formato anatômico acompanhando o lombo do cavalo respeitando a curvatura de cernelha e fazendo com que a sela se eleve, com a finalidade de aliviar o contato e a pressão sobre o cavalo.</p>	3233774	483663	unidade	15	R\$ 254,26	R\$ 3.813,90
3	<p>Cabeçada: Modelo inglês, em couro soleta 35/40 linhas, na cor preta, com fivelas hípicas em aço inox de 16mm; com 2 faceiras para freio e bridão, com focinheira, testeira e cachaceira forradas em vaqueta; cachaceira 1,20m, ponteiros 21cm, testeira 55cm, focinheira 80cm, com ressalto forrado em atanado.</p>	4891090	444825	Unidade	56	R\$ 499,66	R\$ 27.980,96
4	<p>Rédea: em couro soleta 35/40 linhas de cor escura e cadaço na cor preta com fivelas de metal niquelado; 2.80m de comprimento com ponteiros e parte central em couro e largura de 20mm.</p>	3233790	403230	Unidade	50	R\$ 201,30	R\$ 10.065,00
5	<p>Barrigueira para Sela de Equitação: Tipo bavete em couro 35 linhas, na cor preta, com proteção em vaqueta e pi 12mm extra soft e elástico inglês verde duplo; com mosquetão central de 5cm, duas meia argolas laterais de 22mm e quatro fivelas de rolete de 25mm; fixação da sela ao cavalo e proteção contra rampão em formato anatômico; medindo 8 cm na parte dos elásticos, com quatro elásticos duplos de 38mm, e com 30cm na parte inferior, nos tamanhos 1,10m, 1,20 e 1,30</p>	5038901	444840	Unidade	50	R\$ 850,25	R\$ 42.512,50

	m de acordo com a demanda da contratante.						
6	Peitoral Com Martingal: Modelo aberto em V, em couro 45 linhas na cor preta, com elástico inglês verde, com largura de 20mm aproximadamente; com fivela de regulagem em cada uma das três pontas, em latão niquelado, argola de 32mm com proteção de couro; fixação na sela com mosquetões, fornecido com martingal de soletade 35/40 linhas c/fivelas para regulagem, argolas e mosquetão.	3230635	444844	Unidade	30	R\$ 804,57	R\$ 24.137,10
7	Manta para Solípedes: confeccionada em brim especial acolchoada com espuma, com densidade D33, espessura de aproximadamente 20mm; com costuras quadriculadas capitonê, para sela modelo inglês, com passadores de cilha; medindo 60cm de comprimento por 90cm de largura aproximadamente, na cor única azul marinho.	3230708	444827	Unidade	60	R\$ 262,20	R\$ 15.732,00
8	Loro Hípico: confeccionado em vaqueta de couro tripla reforçada internamente com nylon; fivela em aço inox; 1,25m de comprimento e 25mm de largura máxima, com furação de 20mm entre os furos; para suporte de estribos, sendo comercializado o par do loro hípico.	5348404	222403	Unidade	40	R\$ 362,33	R\$ 14.493,20
9	Estribo: tipo hípico; em alumínio, peça única, sem soldas ou parafusos; soleira com borracha antiderrapante, com encaixe perfeito; pesando no máximo 2kg o par, sendo comercializado o par do estribo.	5348536	618209	Unidade	15	R\$ 667,13	R\$ 10.006,95
10	Protetores para Solípedes para Membros Anteriores: protetor para tendões confeccionado em borracha b-foam 6 mm, com proteção injetado tpu5127/d50-d60 abrasão pfi 22 na área do tendão; na cor preta; costurado com linha nylon 60, 100% poliamida, fechamento com duas faixas elásticas e pinos com três ajustes medindo aproximadamente 27cm, sendo	5843626	444829	Unidade	10	R\$ 252,68	R\$ 2.526,80

	comercializado o par do protetores para solípedes para membros anteriores.						
11	Protetores para Solípedes para Membros Posteriores: Em Borracha B-foam 6 mm, com proteção injetado tpu5127/d50-d60 abrasão pfi 22 na área do boleto; na cor preta; costurado com linha nylon 60 100% poliamida, fechamento por pinos em aço inox com regulador de tensão em quatro estágios, sendo comercializado o par do protetores para solípedes para membros anteriores.	5843391	483756	Unidade	10	R\$ 307,71	R\$ 3.077,10
12	Rasqueadeira: para equinos, medindo no mínimo (16cmx9cmx2cm) (comprimento x largura x espessura), c/4 fileiras de dentes e duas lisas; alumínio mínimo de 1mm de espessura sem cantos vivos (arredondados).	2997290	296945	Unidade	80	R\$ 79,22	R\$ 6.337,60
13	Escova para Equinos: base de madeira; formato retangular; cepa em nylon; medidas aproximadas 25cmx8cm (comprimento x largura); cerdas duras; indicada para limpeza superficial de equinos. Cor deverá ser neutra.	6017304	618742	Unidade	200	R\$ 30.68	R\$ 6.136,00
14	Óleo para Conservação de Couro: líquido brilhante; com odor de amêndoas; composto a base de óleo de amêndoas, óleo de mocotó, óleo mineral, butilhidroxitolueno, lanolina, essência com perfume de amêndoas e veículo q.s.p; com consistência viscosa de densidade: 0,82- 0,86 g/cm³; para conservação de matérias de couro.	3777898	273902	Frasco 1000 mililitros	15	R\$ 131,93	R\$ 1.978,95
15	Capacete Esportivo para equitação /equoterapia em conformidade com as normas en1384:2017(comunidade europeia); de astm1163-15(eua) composto por 4 camadas de absorção de impacto com sistema de fixação e ajustes; abertura de ar, com o modo on /of, com três pontos de fixação e ajuste na jugular e laterais; tamanho adulto de 500 mm a 640 mm com dispositivo giratório na parte traseira para regulagem; com forração em tecido vinílico; fecho	5042127	444835	Unidade	40	R\$ 953,66	R\$ 38.146,40



	engate rápido de prolipropileno com alça identificada em vermelho; com no mínimo 3 aberturas de ventilações; na cor preta; tiras de prolipropileno de alta tenacidade com largura máxima de 20mm; com pintura de brasão estilizado.						
16	Repelente de Uso Veterinário para Equinos: composto de no mínimo 15ml de óleo essencial de citronela para cada 100ml de veículo; registrado no ministério da agricultura com validade de 24 meses; utilizado para repelir insetos buscando evitar a transmissão de doenças, em embalagem contendo 5 litro.	3096017	439423	Galão 5 Litros	20	R\$ 670,47	R\$ 13.409,40
17	Shampoo Profissional de Uso Veterinário P/equinos: produto concentrado 1:10, composto de; lauril éter sulfato de sódio 25%, dietanolamina de ácido graxo de coco 3%, coco amido propilbetaina 1%; óleo de coco, veículo qsp 100%, fabricante c/ licença e produto com processo de licenciado no mapa; em embalagem contendo 5 litro;	6112226	448051	Galão 5 Litros	30	R\$ 185,41	R\$ 5.562,30
18	Abrilhantador de Uso Veterinário para Equinos: composto de 61.2 gramas de dimethicone por 1000ml de veículos; licenciado pelo ministério da agricultura com validade de 24 meses; utilizado p/ desembaraçar caudas e crinas de equinos, não podendo ser óleo e creme, contendo 5 Litros.	3095991	448051	Galão 5 Litros	20	R\$ 309,63	R\$ 6.192,60
19	Bota de Equitação: em pvc totalmente impermeável; cano longo, em pvc, sem furacão; ajustado com elástico em elástico na parte traseira superior (panturrilha); solado em pvc, resistência ao escorregamento; tamanhos variados de 34 a 48 de acordo com a demanda da contratante; na cor preta, sem detalhes; colocação do solado injetado no cabedal; unisex; palmilha de montagem em pvc; sem palmilha higiênica; sem biqueira; sem alma.	5641659	620540	Par	180	R\$ 340,00	R\$ 61.200,00

20	Bota de Equitação: em pvc totalmente impermeável; cano longo, em pvc, sem furacão; ajustado com elástico em elástico na parte traseira superior (panturrilha); solado em pvc, resistência ao escorregamento; tamanhos variados de 34 a 48 de acordo com a demanda da contratante; na cor preta, sem detalhes; colocação do solado injetado no cabedal; unisex; palmilha de montagem em pvc; sem palmilha higiênica; sem biqueira; sem alma.	5641659	620540	Par	70	R\$ 340,00	R\$23.800,00
21	Estribo de segurança: estribo de segurança com haste lateral móvel com abertura de 90° para liberar o pé em caso de queda, passador de loro angulado, soleira com inclinação de 5°, formato ergonômico arredondado, produzido em poliuretano de alta qualidade, na cor preta, sendo comercializado o par do estribo.	6037470	618209	Unidade	5	R\$ 1.853,33	R\$ 9.266,65
22	Guia de Trabalho de Equinos: confeccionada em algodão de 25mm de alta resistência; costuras com reforço de couro em vaqueta macia; mosquetão de latão niquelado; alça para encaixar a mão costurada com reforço na outra extremidade.	6038360	315528	Unidade	4	R\$ 192,00	R\$ 768,00
23	Chicote de Guia: preto; feito em fibra flexível revestida por nylon com 180cm; cabo de borracha; ponteira medindo pelo menos 170cm em nylon; comprimento total de 350 cm.	3234339	483719	Unidade	10	R\$ 149,33	R\$ 1.493,30
24	Espora Hípica: confeccionado em aço inox; na cor prateada, aro de seção semielíptico; 2 aberturas de 15mm para correia de espora; cão redondo no tamanho de 20mm, sendo comercializado o par da espora.	3662349	600659	Unidade	30	R\$ 256,16	R\$ 7.684,80
	Suplemento Vitamínico e Mineral Aminoácido para Equinos: suplemento aminoácido, mineral e vitamínico para alimentação animal; níveis de garantia 20kmínima por Kg do produto: Ácido Aspártico (Mín.) 600,00 mg, Ácido Fólico (Mín.) 181,18 mg, Ácido Glutâmico (Mín.) 3.400,00 mg, Ácido Nicotínico (Mín.) 600,00 mg, Alanina (Mín.) 6.300,00 mg, Arginina (Mín.) 3.400,00 mg, Biotina (Mín.) 99,00 mg, Cálcio (Mín.) 157,13g (Máx.) 188,47 g, Cisteína (Mín.) 242,84 mg, Cobalto (Mín.) 200,00 mg, Cobre (Mín.) 736,00 mg, Colina (Mín.) 3.715,90 mg, Cromo (Mín.) 80,00 mg, Enxofre (Mín.) 13,71 g, Fenilalanina (Mín.) 2.000,00 mg, Ferro (Mín.) 2.352,00 mg,						

25	Fósforo (Mín.) 106,30 g, Glicina (Mín.) 11,10 g, Histidina (Mín.) 600,00 mg, Iodo (Mín.) 124,50 mg, Isoleucina (Mín.) 1.600,00 mg, Carnitina (Mín.) 96,00 mg, Leucina (Mín.) 3.000,00 mg, Lisina (Mín.) 23,00 g, Magnésio (Mín.) 32,20 g, Manganês (Mín.) 558,00 mg, Metionina (Mín.) 12,30 g, Pantotenato de cálcio (Mín.) 475,00 mg, Prolina (Mín.) 8.600,00 mg, Saccharomyces cerevisiae (Mín.) 1x1010 UFC, Selênio (Mín.) 44,97 mg, Serina (Mín.) 700,00 mg, Sódio (Mín.) 3.700,00 mg, Tirosina (Mín.) 1.000,00 mg, Treonina (Mín.) 500,00 mg, Triptofano (Mín.) 300,00 mg, Valina (Mín.) 2.300,00 mg, Vitamina A (Mín.) 532.000,00 UI, Vitamina B1 (Mín.) 239,55 mg, Vitamina B12 (Mín.) 1.100,00 mcg, Vitamina B2 (Mín.) 240,00 mg, Vitamina B6 (Mín.) 199,00 mg, Vitamina C (Mín.) 4.947,00 mg, Vitamina D3 (Mín.) 150.000,00 UI, Vitamina E (Mín.) 1.000,00 UI, Zinco (Mín.) 4.043,40 mg; apresentado em embalagem de 20 kg	2446910	467067	Saco 20 quilograma	20	R\$ 1.372,68	R\$ 27.453,60
26	Suplemento Vitamínico e Mineral para Recuperação Física: níveis de garantia mínima por kg do produto: Ácido Aspártico (Mín.) 9.255,7 mg, Ácido Glutâmico (Mín.) 19,11 g, Alanina (Mín.) 22,869 g, Arginina (Mín.) 7.072 mg, Beta hidroxi metil butirato (Mín.) 1.774 mg, Betaina (Mín.) 9.788 mg, Cisteína (Mín.) 581,4 mg, Colina (Mín.) 10 g, Cromo (Mín.) 102,5 mg, Fenilalanina (Mín.) 4.213 mg, Glicina (Mín.) 49,652 g, Glicose (Mín.) 201,8204 g, Histidina (Mín.) 1.148 mg, Isoleucina (Mín.) 2.033 mg, L- Carnitina (Mín.) 20 g, Leucina (Mín.) 7.514 mg, Lisina (Mín.) 28,929 g, Metionina (Mín.) 13,424 g, Prolina (Mín.) 27,981 g, Serina (Mín.) 1.252 mg, Tirosina (Mín.) 1.141 mg, Treonina (Mín.) 378,5 mg, Triptofano (Mín.) 531,4 mg, Valina (Mín.) 5.542 mg.	5837138	467067	Frasco 1 Litro	20	R\$ 217,70	R\$ 4.354,00
27	Medicamentos de Uso Veterinário: Ácido Fólico (Vitamina B9) (Mín.) 9.920 mg, Ácido Nicotínico (Vitamina B3) (Mín.) 1.000 mg, Cobalto (Mín.) 100 mg, Cobre (Mín.) 507 mg, Extrato de echinacea (Mín.) 3.200 mg, Ferro (Mín.) 9.003 mg, Glicose (Mín.) 201,4 g, Lisina (Mín.) 39,996 g, Pantotenato de Cálcio (Mín.) 980 mg, Vitamina B1 (Mín.) 1.500 mg, Vitamina B12 (Mín.) 30.000 mcg, Vitamina B2 (Mín.) 1.520 mg, Vitamina B6 (Mín.) 1.188 mg, Vitamina K3 (Mín.) 297 mg, Zinco (Mín.) 5.002 mg	4969200	467067	Frasco 1 Litro	25	R\$ 411,81	R\$ 10.295,25

28	Suplemento Solução Injetável: Solução injetável contendo vitaminas, aminoácidos e minerais; contendo em 500 ml do produto: 10 mg de Vit. B1 (Tiamina) + 50 mg de Vit. B2 + 10 mg de Vit. B6 + 1 g de Nicotinamida + 150 mg de Pantotenato de Cálcio + 1,5 g de DL Metionina + 2,75 g de Cloreto de Sódio + 185 mg de Cloreto de Potássio + 150 mg de Cloreto de Cálcio (= 198 mg de Cloreto de Cálcio diidratado) + 150 mg de Cloreto de Magnésio (= 321 mg de Cloreto de Magnésio Hexaidratado). Cada ampola de 3 mL contém 10 mg de Vit. B12 (Cianocobalamina); vencimento acima de 12 meses; Frasco de 500ml e uma Ampola de Vitamina B12	809063	441935	Frasco de 500 mililitros	30	R\$ 30,58	R\$ 917,40
29	Graxa para Casco: Solução; Composto de 21% de Óleos e Ácidos Graxos; 1,5% de Corantes e Aromatizantes; 70% de Vaselina Branca e 7,5% de Óleo Mineral; Tópico.	206008	439491	Pote 300 gramas	9	R\$ 63,98	R\$ 575,82
30	Suplemento Nutricional para Cascos de Equinos: níveis de garantia mínima por kg do produto Ácido Fólico (Vitamina B9) (Mín.) 1.200,74 mg, Betacaroteno (Mín.) 2,81 mg, Betaina (Mín.) 10,0016 g, Biotina (Mín.) 3.000,7 mg, Lisina (Mín.) 73,2 g, Manganês (Mín.) 6.001,64 mg, Metionina (Mín.) 29,7 g, Selênio (Mín.) 50,13 mg, Taurina (Mín.) 21,9 g, Vitamina B6 (Mín.) 2.403,51 mg, Zinco (Mín.) 19,0004 g; vencimento acima de 12 meses; apresentação em frasco plástico de 1L.	6011608	474457	Frasco 1 Litro	60	R\$ 403,20	R\$ 24.192,00
31	Suplemento Vitamínico e Mineral Regenerador Articular para Equino: sulfato de condroitina a 7,5 g; sulfato de glucosamina 7,5 g; veículo q.s.p 100,0 ml; em embalagem apropriada, validade mínima de 90 dias da data da compra; apresentação em frasco ampola contendo 10 ml.	5820103	422329	Ampola 10 mililitro	100	R\$ 152,46	R\$ 15.246,00
32	Suplemento nutricional uso veterinário energético obtido do óleo de arroz composto por Ácido Linoléico (Mín.).....3401,90 g/Kg; Ácido Linolênico (Mín.).... 17,90 g/Kg; Ácido Oléico (Mín.)....383,10 g/Kg; Ácido Palmítico (Mín.)....206,30 g/Kg; Ômega 3 (Mín.)...18,50 g/Kg; Ômega 6 (Mín.)....342,100 g/Kg; Ômega 9 (Mín.)....388,90 g/Kg; Energia Metabolizável (Mín.)....9.602,00 Kcal/Kg; Extrato Etéreo (Mín.)....990,00 g/Kg; Mananoligossacarídeo (Mín.)....13,80 g/Kg;	5612802	413953	Galão de 5 litros	120	R\$ 185,77	R\$ 22.292,40

	Saccharomyces cerevisiae...7,00x10 <sup>10</sup> UFC/L; Umidade (Max.)....10,00 g/Kg; Vitamina E (Mín.)....197,52 g/Kg. Apresentado em Acordo com a Legislação Vigente, Embalagem que Assegure a Integridade do Produto. Galão de 5L. GAMA RICE UNIVITTÁ OU SIMILAR.						
33	Medicamento para Tratamento Contra Babesiose Injetável: solução; com 12% de imidocarb; embalado em frasco de 15 ml.	57134	409124	Frasco de 15 mililitro	4	R\$ 66,27	R\$ 265,08
34	Suplemento Proteico para Alimentação: contendo aminoácidos, vitaminas, leveduras e prebióticos; níveis de garantia por kg do produto: Proteína bruta (Mín.) 178,6 g, Extrato etéreo (Mín.) 28,3 g, Fibra bruta (Máx.) 500 mg, Matéria mineral (Máx.) 61,0 g, Umidade (Máx.) 100 g, Saccharomyces cerevisiae (Mín.) 9 x 10 UFC, Mananoligossacarídeos (Mín.) 1.000 mg, Fruto-oligossacarídeos (Mín.) 2.000 mg, Vitamina B1 (Mín.) 5,4 mg, Vitamina B2 (Mín.) 19 mg, Vitamina B6 (Mín.) 11,2 mg, Vitamina B12 (Mín.) 24 mcg, Biotina (Mín.) 2,8 mg, Ácido fólico (Mín.) 10 mg, Colina (Mín.) 750 mg, Ácido nicotínico (Mín.) 20,30 mg, Lisina (Mín.) 16,68 g, Histidina (Mín.) 3.526 mg, Arginina (Mín.) 9.770 mg, Ácido aspártico (Mín.) 18,11 g, Treonina (Mín.) 7.699 mg, Serina (Mín.) 9.803 mg, Ác. glutâmico (Mín.) 20,36 g, Prolina (Mín.) 7.327 mg, Glicina (Mín.) 8.481 mg, Alanina (Mín.) 11,97 g, Cistina (Mín.) 2.461 mg, Valina (Mín.) 9.668 mg, Metionina (Mín.) 6.649 mg, Isoleucina (Mín.) 8.740 mg, Leucina (Mín.) 13,3 g, Tirosina (Mín.) 4.570 mg, Fenilalanina (Mín.) 7.130 mg.	5579759	467067	Pacote 1 quilograma	80	R\$ 83,41	R\$ 6.672,80
35	Corda de Fibra de Poliamida 12 mm Branca, embalagem com 100 metros.	5473748	336021	Unidade	3	R\$ 465,14	R\$ 1.395,42
36	Balde: Reforçado; com apoio de mão no fundo; confeccionado com plástico resistente; alça metálica para transporte; medidas internas 290mm x altura 220mm; na cor preta, capacidade para 12 L.	5707340	622092	Unidade	100	R\$ 16,39	R\$ 1.639,00
PREÇO MÉDIO TOTAL ESTIMADO							R\$ 508.255,18

**1.1.1 Descrição dos itens:**

**1.1.1.1 Sela Em Couro:** Sela de salto, tipo inglesa, tamanho 17,5”, confeccionada em couro bovino de alta qualidade tipo exportação na cor preta com garantia de, pelo menos 1 (um) ano no que se refere ao tingimento do couro. A armação deverá ser confeccionada em madeira laminada tratada, com pintura anti-umidade e reforçada com aço inoxidável, ou outro material com qualidade equivalente, como polipropileno rígido, e com garantia de, no

mínimo, 05 (cinco) anos. O assento e as borraínas confeccionadas em couro duplo engraxado antiderrapante com espessura de 2mm e com preenchimento em poliuretano injetável macio e com memória elastomérica. As abas deverão ser confeccionadas em sola 5mm com borraínas fixas. O suadouro em couro duplo de 2mm com preenchimento em poliuretano injetável macio e com memória elastomérica. Os porta loros deverão ser fundidos em aço inox e com trava de segurança. Deverá conter duas meia argolas para fixação de peitoral e 3 ponteiros para a cilha.

1.1.1.2 **Protetor lombar** confeccionado em composto anti impacto, com formato anatômico acompanhando o lombo do cavalo respeitando a curvatura de cernelha e fazendo com que a sela se eleve, com a finalidade de aliviar o contato e a pressão sobre o cavalo.

1.1.1.3 **Cabeçada:** Modelo inglês, em couro soleta 35/40 linhas, na cor preta, com fivelas hípicas em aço inox de 16mm; com 2 faceiras para freio e bridão, com focinheira, testeira e cachaceira forradas em vaqueta; cachaceira 1,20m, ponteiros 21cm, testeira 55cm, focinheira 80cm, com ressalto forrado em atanado. *Referência: cabeçada hípica Black Horse.*

1.1.1.4 **Rédea:** em couro soleta 35/40 linhas de cor escura e cadarço na cor preta com fivelas de metal niquelado; 2.80m de comprimento com ponteiros e parte central em couro e largura de 20mm. *Referência: Rédea hipismo couro e cadarço Black Horse.*

1.1.1.5 **Barrigueira** para Sela de Equitação: Tipo bavete em couro 35 linhas, na cor preta, com proteção em vaqueta e pi 12mm extra soft e elástico inglês verde duplo; com mosquetão central de 5cm, duas meia argolas laterais de 22mm e quatro fivelas de rolete de 25mm; fixação da sela ao cavalo e proteção contra rampão em formato anatômico; medindo 8 cm na parte dos elásticos, com quatro elásticos duplos de 38mm, e com 30cm na parte inferior, nos tamanhos 1,10m, 1,20 e 1,30m de acordo com a demanda da contratante. *Referência: Bavete com mosquetão Black Horse Pró.*

1.1.1.6 **Peitoral Com Martingal:** Modelo aberto em V, em couro 45 linhas na cor preta, com elástico inglês verde, com largura de 20mm aproximadamente; com fivela de regulagem em cada uma das três pontas, em latão niquelado, argola de 32mm com proteção de couro; fixação na sela com mosquetões, fornecido com martingal de soletade 35/40 linhas c/fivelas para regulagem, argolas e mosquetão. *Referência: Peitoral com elástico confort importado Black Horse.*

1.1.1.7 **Manta para Solípedes:** confeccionada em brim especial acolchoada com espuma, com densidade D33, espessura de aproximadamente 20mm; com costuras quadriculadas capitonê, para sela modelo inglês, com passadores de cilha; medindo 60cm de comprimento por 90cm de largura aproximadamente, na cor única azul marinho.

1.1.1.8 **Loro Hípico:** confeccionado em vaqueta de couro tripla reforçada internamente com nylon; fivela em aço inox; 1,25m de comprimento e 25mm de largura máxima, com furação de 20mm entre os furos; para suporte de estribos.

1.1.1.9 **Estribo:** tipo hípico; em alumínio, peça única, sem soldas ou parafusos; soleira com borracha antiderrapante, com encaixe perfeito; pesando no máximo 2kg o par. *Referência: Estribo de salto Instep Inox.*

1.1.1.10 **Protetores para Solípedes para Membros Anteriores:** protetor para tendões confeccionado em borracha b-foam 6 mm, com proteção injetado tpu5127/d50-d60 abrasão pfi 22 na área do tendão; na cor preta; costurado com linha nylon 60, 100% poliamida, fechamento com duas faixas elásticas e pinos com três ajustes medindo aproximadamente 27cm. *Referência: caneleira VTR Átria.*

1.1.1.11 **Protetores para Solípedes para Membros Posteriores:** Em Borracha B-foam 6 mm, com proteção injetado tpu5127/d50-d60 abrasão pfi 22 na área do boleto; na cor preta; costurado com linha nylon 60 100% poliamida, fechamento por pinos em aço inox com regulador de tensão em quatro estágios. *Referência: Boleteria VTR Tech Jump Pino.*

1.1.1.12 **Rasqueadeira:** para equinos, medindo no mínimo (16cmx9cmx2cm) (comprimento x largura x espessura), c/4 fileiras de dentes e duas lisas; alumínio mínimo de 1mm de espessura sem cantos vivos (arredondados).

1.1.1.13 **Escova para Equinos:** base de madeira; formato retangular; cepa em nylon; medidas aproximadas 25cmx8cm (comprimento x largura); cerdas duras; indicada para limpeza superficial de equinos. Cor deverá ser neutra.

1.1.1.14 **Óleo para Conservação de Couro:** líquido brilhante; com odor de amêndoas; composto a base de óleo de amêndoas, óleo de mocotó, óleo mineral, butilhidroxitolueno, lanolina, essência com perfume de amêndoas e veículo q.s.p; com consistência viscosa de densidade: 0,82- 0,86 g/cm³; para conservação de matérias de couro; apresentado frasco de 1.000 mililitros com válvula pump; apresentação de laudo de composição técnica para determinação dos compostos do produto com validade de 24 meses por laboratório acreditado no INMETRO. *Referência neutralcare.*

1.1.1.15 **Capacete para Equitação/equoterapia:** em conformidade com as normas en1384:2017(comunidade europeia); de astm1163-15(eua) composto por 4 camadas de absorção de impacto com sistema de fixação e ajustes; abertura de ar, com o modo on/of,com tres pontos de fixação e ajuste na jugular e laterais; tamanho adulto de 500 mm a 640 mm com dispositivo giratório na parte traseira para regulagem; com forracao em tecido vinilico; fecho engate rapido de prolipropileno com alça identificada em vermelho; com no minimo 3 aberturas de ventilacoes; na cor preta; tiras de prolipropileno de alta tenacidade com largura maxima de 20mm; com pintura de brasão estilizado.

1.1.1.16 **Repelente de Uso Veterinário para Equinos:** composto de no mínimo 15ml de óleo essencial de citronela para cada 100ml de veículo; registrado no ministério da agricultura com validade de 24 meses; utilizado para repelir insetos buscando evitar a transmissão de doenças; apresentação de laudo de composição química para determinação dos compostos do produto por laboratório acreditado no INMETRO. *Referência: Repelente de moscas e insetos para cavalos Karflae Winner Horse 5L.*

1.1.1.17 **Shampoo Profissional de Uso Veterinário P/equinos:** produto concentrado 1:10, composto de; lauril éter sulfato de sódio 25%, dietanolamina de ácido graxo de coco 3%, coco amido propilbetaina 1%; óleo de coco, veículo qsp 100%, fabricante c/ licença e produto com processo de licenciado no mapa; apresentação de laudo de composição técnica para determinação dos compostos do produto com validade de 24 meses por laboratório acreditado no INMETRO. *Referência: Shampoo Neutro Winner Horse 5L.*

1.1.1.18 **Abrilhantador de Uso Veterinário para Equinos:** composto de 61.2 gramas de dimethicone por 1000ml de veículos; licenciado pelo ministério da agricultura com validade de 24 meses; utilizado p/ desembaraçar caudas e crinas de equinos, não podendo ser óleo e creme, em embalagem com borrifador spray contendo 1 litro.

1.1.1.19 **Bota de Equitação:** em pvc totalmente impermeável; cano longo, em pvc, sem furacão; ajustado com elástico em elástico na parte traseira superior (panturrilha); solado em pvc, resistência ao escorregamento; tamanhos variados de 34 a 48 de acordo com a demanda da contratante; na cor preta, sem detalhes; colocação do solado injetado no cabedal; unisex; palmilha de montagem em pvc; sem palmilha higiênica; sem biqueira; sem alma.

1.1.1.20 **Bota de Equitação:** em pvc totalmente impermeável; cano longo, em pvc, sem furacão; ajustado com elástico em elástico na parte traseira superior (panturrilha); solado em pvc, resistência ao escorregamento; tamanhos variados de 34 a 48 de acordo com a demanda da contratante; na cor preta, sem detalhes; colocação do solado injetado no cabedal; unisex; palmilha de montagem em pvc; sem palmilha higiênica; sem biqueira; sem alma.

1.1.1.21 **Estribo de segurança:** estribo de segurança com haste lateral móvel com abertura de 90° para liberar o pé em caso de queda, passador de loro angulado, soleira com inclinação de 5°, formato ergonômico arredondado, produzido em poliuretano de alta qualidade, na cor preta. *Referência: Estribo de Segurança Horsena SWAP.*

1.1.1.22 **Guia de Trabalho de Equinos:** confeccionada em algodão de 25mm de alta resistência; costuras com reforço de couro em vaqueta macia; mosquetão de latão niquelado; alça para encaixar a mão costurada com reforço na outra extremidade; comprimento de no mínimo 8 metros e no máximo 10 metros.

1.1.1.23 **Chicote de Guia:** preto; feito em fibra flexível revestida por nylon com 180cm; cabo de borracha; ponteira medindo pelo menos 170cm em nylon; comprimento total de 350 cm.

1.1.1.24 **Espora Hípica:** confeccionado em aço inox; na cor prateada, aro de seção semielíptico; 2 aberturas de 15mm para correia de espora; cão redondo no tamanho de 20mm.

1.1.1.25 **Suplemento Vitamínico e Mineral Aminoácido para Equinos:** suplemento aminoácido, mineral e vitamínico para alimentação animal; níveis de garantia 20kmínima por Kg do produto: Ácido Aspártico (Mín.) 600,00 mg, Ácido Fólico (Mín.) 181,18 mg, Ácido Glutâmico (Mín.) 3.400,00 mg, Ácido Nicotínico (Mín.) 600,00 mg, Alanina (Mín.) 6.300,00 mg, Arginina (Mín.) 3.400,00 mg, Biotina (Mín.) 99,00 mg, Cálcio (Mín.) 157,13g (Máx.) 188,47 g, Cisteína (Mín.) 242,84 mg, Cobalto (Mín.) 200,00 mg, Cobre (Mín.) 736,00 mg, Colina (Mín.) 3.715,90 mg, Cromo (Mín.) 80,00 mg, Enxofre (Mín.) 13,71 g, Fenilalanina (Mín.) 2.000,00 mg, Ferro (Mín.) 2.352,00 mg, Fósforo (Mín.) 106,30 g, Glicina (Mín.) 11,10 g, Histidina (Mín.) 600,00 mg, Iodo (Mín.) 124,50 mg, Isoleucina (Mín.) 1.600,00 mg, Carnitina (Mín.) 96,00 mg, Leucina (Mín.) 3.000,00 mg, Lisina (Mín.) 23,00 g, Magnésio (Mín.) 32,20 g, Manganês (Mín.) 558,00 mg, Metionina (Mín.) 12,30 g, Pantotenato de cálcio (Mín.) 475,00 mg, Prolina (Mín.) 8.600,00 mg, Saccharomyces cerevisiae (Mín.) 1x1010 UFC, Selênio (Mín.) 44,97 mg, Serina (Mín.) 700,00 mg, Sódio (Mín.) 3.700,00 mg, Tirosina (Mín.) 1.000,00 mg, Treonina (Mín.) 500,00 mg, Triptofano (Mín.) 300,00 mg, Valina (Mín.) 2.300,00 mg, Vitamina A (Mín.) 532.000,00 UI, Vitamina B1 (Mín.) 239,55 mg, Vitamina B12 (Mín.) 1.100,00 mcg, Vitamina B2 (Mín.) 240,00 mg, Vitamina B6 (Mín.) 199,00 mg, Vitamina C (Mín.) 4.947,00 mg, Vitamina D3 (Mín.) 150.000,00 UI, Vitamina E (Mín.) 1.000,00 UI, Zinco (Mín.) 4.043,40 mg; apresentado em pacote de 20 kg. *Referência Aminomix.*

1.1.1.26 **Suplemento Vitamínico e Mineral para Recuperação Física:** níveis de garantia mínima por kg do produto: Ácido Aspártico (Mín.) 9.255,7 mg, Ácido Glutâmico (Mín.) 19,11 g, Alanina (Mín.) 22,869 g, Arginina (Mín.) 7.072 mg, Beta hidroxil metil butirato (Mín.) 1.774 mg, Betaína (Mín.) 9.788 mg, Cisteína (Mín.) 581,4 mg, Colina (Mín.) 10 g, Cromo (Mín.) 102,5 mg, Fenilalanina (Mín.) 4.213 mg, Glicina (Mín.) 49,652 g, Glicose (Mín.) 201,8204 g, Histidina (Mín.) 1.148 mg, Isoleucina (Mín.) 2.033 mg, L-Carnitina (Mín.) 20 g, Leucina (Mín.) 7.514 mg, Lisina (Mín.) 28,929 g, Metionina (Mín.) 13,424 g, Prolina (Mín.) 27,981 g, Serina (Mín.) 1.252 mg, Tirosina (Mín.) 1.141 mg, Treonina (Mín.) 378,5 mg, Triptofano (Mín.) 531,4 mg, Valina (Mín.) 5.542 mg; vencimento acima de 12 meses; apresentação em frascos plásticos contendo 1L. *Referência Glicopan.*

1.1.1.27 **Medicamentos de Uso Veterinário:** Ácido Fólico (Vitamina B9) (Mín.) 9.920 mg, Ácido Nicotínico (Vitamina B3) (Mín.) 1.000 mg, Cobalto (Mín.) 100 mg, Cobre (Mín.) 507 mg, Extrato de echinacea (Mín.) 3.200 mg, Ferro (Mín.) 9.003 mg, Glicose (Mín.) 201,4 g, Lisina (Mín.) 39,996 g, Pantotenato de Cálcio (Mín.) 980 mg, Vitamina B1 (Mín.) 1.500 mg, Vitamina B12 (Mín.) 30.000 mcg, Vitamina B2 (Mín.) 1.520 mg, Vitamina B6 (Mín.) 1.188 mg, Vitamina K3 (Mín.) 297 mg, Zinco (Mín.) 5.002 mg, apresentado em frasco com 1L, com vencimento acima de 12 meses. *Referência Hemolitan.*

1.1.1.28 **Suplemento Solução Injetável:** Solução injetável contendo vitaminas, aminoácidos e minerais; contendo em 500 ml do produto: 10 mg de Vit. B1 (Tiamina) + 50 mg de Vit. B2 + 10 mg de Vit. B6 + 1 g de Nicotinamida + 150 mg de Pantotenato de Cálcio + 1,5 g de DL Metionina + 2,75 g de Cloreto de Sódio + 185 mg de Cloreto de Potássio + 150 mg de Cloreto de Cálcio (= 198 mg de Cloreto de Cálcio diidratado) + 150 mg de Cloreto de Magnésio (= 321 mg de Cloreto de Magnésio Hexaidratado). Cada ampola de 3 mL contém 10 mg de Vit. B12 (Cianocobalamina); vencimento acima de 12 meses; Frasco de 500ml e uma Ampola de Vitamina B12. *Referência Hertavita.*

1.1.1.29 **Graxa para Casco:** Solução; Composto de 21% de Óleos e Ácidos Graxos; 1,5% de Corantes e Aromatizantes; 70% de Vaselina Branca e 7,5% de Óleo Mineral; Tópico; Embalada Em Pote 300 Gramas.

1.1.1.30 **Suplemento Nutricional para Cascos de Equinos:** níveis de garantia mínima por kg do produto Ácido Fólico (Vitamina B9) (Mín.) 1.200,74 mg, Betacaroteno (Mín.) 2,81 mg, Betaína (Mín.) 10,0016 g, Biotina (Mín.) 3.000,7 mg, Lisina (Mín.) 73,2 g, Manganês (Mín.) 6.001,64 mg, Metionina

(Mín.) 29,7 g, Selênio (Mín.)50,13 mg, Taurina (Mín.) 21,9 g, Vitamina B6 (Mín.) 2.403,51 mg, Zinco (Mín.) 19,0004 g; vencimento acima de 12 meses; apresentação em frasco plástico de 1L. *Referência Bio Hoof*

1.1.1.31 **Suplemento Vitamínico e Mineral Regenerador Articular para Equino:** sulfato de condroitina a 7,5 g; sulfato de glucosamina 7,5 g; veículo q.s.p 100,0 ml; em embalagem apropriada, validade mínima de 90 dias da data da compra; apresentação em frasco ampola contendo 10 ml. *Referência Condroton.*

1.1.1.32 **Suplemento Nutricional Energético:** suplemento energético para equinos; níveis de garantia mínimo por 1L: Ácido Linoléico (Mín.) 348,60g, Ácido Linolênico (Mín.) 19,92g, Ácido Oléico (Mín.) 418,32g, Energia Metabolizável (Mín.) 3.870 kcal, Gama-orizanol (Mín.) 9.960mg, Vitamina E (Mín.) 1.100 UI, Veículo q.s.p 1.000ml; apresentado em galão de 5 litros. *Referência Gamarice*

1.1.1.33 **Medicamento para Tratamento Contra Babesiose Injetável:** solução; com 12% de imidocarb; embalado em frasco de 15 ml. *Referência Imizol.*

1.1.1.34 **Suplemento Proteico para Alimentação:** Suplemento contendo aminoácidos, vitaminas, leveduras e prebióticos; níveis de garantia por kg do produto: Proteína bruta (Mín.) 178,6 g, Extrato etéreo (Mín.) 28,3 g, Fibra bruta (Máx.) 500 mg, Matéria mineral (Máx.) 61,0 g, Umidade (Máx.)100 g, Saccharomyces cerevisiae (Mín.) 9 x 10 UFC, Mananoligossacarídeos (Mín.) 1.000 mg, Fruto-oligossacarídeos (Mín.)2.000 mg, Vitamina B1 (Mín.) 5,4 mg, Vitamina B2 (Mín.) 19 mg, Vitamina B6 (Mín.) 11,2 mg, Vitamina B12 (Mín.) 24 mcg, Biotina (Mín.) 2,8 mg, Ácido fólico (Mín.) 10 mg, Colina (Mín.)750 mg, Ácido nicotínico (Mín.) 20,30 mg, Lisina (Mín.) 16,68 g, Histidina (Mín.) 3.526 mg, Arginina (Mín.) 9.770 mg, Ácido aspártico (Mín.) 18,11 g, Treonina (Mín.) 7.699 mg, Serina (Mín.) 9.803 mg, Ác. glutâmico (Mín.) 20,36 g, Prolina (Mín.) 7.327 mg, Glicina (Mín.) 8.481 mg, Alanina (Mín.) 11,97 g, Cistina (Mín.) 2.461 mg, Valina (Mín.) 9.668 mg, Metionina (Mín.) 6.649 mg, Isoleucina (Mín.) 8.740 mg, Leucina (Mín.) 13,3 g, Tirosina (Mín.) 4.570 mg, Fenilalanina (Mín.) 7.130 mg. *Referência Organew.*

1.1.1.35 **Corda de Fibra:** poliamida e ou polipropileno, carga mínima de ruptura 2.825 kgf; cor branca; diâmetro de 12mm; trançado, atende a NR-18, rolo com 100 metros.

1.1.1.36 **Balde:** Reforçado, com apoio de mão no fundo, confeccionado com plástico resistente, alça metálica para transporte, medidas internas 290mm x altura 220mm, na cor preta, capacidade para 12 L.

1.1.2. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.3. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como COMUM, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias, contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

**Subcontratação**

1.6. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

**2. Fundamentação da contratação**

**FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.



### 3. Descrição da solução

#### DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. Requisitos da contratação

#### REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### Sustentabilidade:

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Os produtos para asseio e saúde dos semoventes deverão possuir instruções de uso que visem evitar o desperdício e prevenir o descarte de substâncias químicas no solo ou em redes de esgoto sem o devido tratamento;

4.1.2. Priorizar o fornecimento de produtos cujas embalagens (plásticas ou metálicas) sejam passíveis de reciclagem ou retorno ao ciclo produtivo, minimizando o acúmulo de resíduos sólidos nas dependências da Administração;

4.1.3. Equipamentos de couro e metal, a contratada deve garantir a entrega de itens que permitam a manutenção preventiva e recuperação, visando estender a vida útil do patrimônio e retardar o descarte final;

4.1.4. Caso os materiais atinjam o fim de sua vida útil sem possibilidade de recuperação, a contratada deverá orientar ou viabilizar o descarte seguindo as regulamentações ambientais vigentes para couro tratado e metais, evitando contaminações ambientais.

4.1.3. Otimizar processos para reduzir custos e desperdícios.

##### Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação das seguintes marcas, características ou modelos, de acordo com a justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

**4.2.1. Os materiais de montaria como sela, cabeçada, rédea, barrigueira, peitoral com martigal, loro hípico, chicote de guia, estribo, capacete, deverão ser de boa qualidade, como referência as marcas Black Horse, Tack Pro, Instep, Fouganza, ou similares e equivalentes em qualidade;**

**4.2.2. Os materiais de proteção para os equinos como protetores para solípedes de boa qualidade, como referência as marcas VTR Ventury, VTR Atria, VTR Tech Jump Pino ou similares e equivalentes em qualidade;**

**4.2.3. Os materiais de higiene para os equinos como repelente, shampoo, abrillantador, de boa qualidade, como referência as marcas NeutralCare e Winner Horse, ou similares e equivalentes em qualidade.**

##### Da exigência de amostra:

4.3. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostras, que terá data, local e horário de realização do procedimento de avaliação divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.4. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

4.4.1. Sela Em Couro;

4.4.2. Protetor lombar;

4.4.3. Cabeçada;

4.4.4. Rédea;

4.4.5. Barrigueira para Sela de Equitação;

4.4.6. Peitoral Com Martingal;

4.4.7. Manta para Solípedes;

4.4.8. Loro Hípico;

4.4.9. Estribo;

4.4.10. Protetores para Solípedes para Membros Anteriores;

4.4.11. Protetores para Solípedes para Membros Posteriores;

4.4.12. Capacete Esportivo para equitação/equoterapia;

4.4.13. Bota de Equitação;

4.4.14. Estribo de segurança.

4.5. As amostras poderão ser entregues no endereço Av. Água Fria, 1923 - Água Fria, São Paulo - SP, 02333-001, no prazo limite de 5 dias, sendo que o fornecedor assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.6. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.7. No caso de não haver entrega das amostras ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostras fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.8. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.8.1. item 1 - Sela em couro: será avaliada a matéria-prima, se o couro é legítimo, a espessura da pele, resistência das costuras (geralmente em fio de nylon multifilamento), ausência de "couro seco" ou quebradiço, simetria nas costuras e fixação firme das ferragens, oxidação os componentes metálicos, os quais devem ser obrigatoriamente de aço inoxidável ou materiais que não oxidem com o suor do animal ou umidade.

4.8.2. item 2 - Protetor lombar: será avaliado o tipo de material usado na fabricação do protetor, bem como a capacidade de absorção de impacto e ventilação.

4.8.3. item 3 - Cabeçada - será avaliada a matéria-prima, se o couro é legítimo, a espessura da pele, resistência das costuras (geralmente em fio de nylon multifilamento), ausência de "couro seco" ou quebradiço, simetria nas costuras e fixação firme das ferragens, oxidação os componentes metálicos, os quais devem ser obrigatoriamente de aço inoxidável ou materiais que não oxidem com o suor do animal ou umidade.

4.8.4. item 4 - Rédea: será avaliada a matéria-prima, se o couro é legítimo, a espessura da pele, resistência das costuras (geralmente em fio de nylon multifilamento), ausência de "couro seco" ou quebradiço, simetria nas costuras e fixação firme das ferragens, oxidação os componentes metálicos, os quais devem ser obrigatoriamente de aço inoxidável ou materiais que não oxidem com o suor do animal ou umidade.

4.8.5. item 5 - Barrigueira para Sela de Equitação: será avaliada a matéria-prima, se o couro é legítimo, a espessura da pele, resistência das costuras (geralmente em fio de nylon multifilamento), ausência de "couro seco" ou quebradiço, simetria nas costuras e fixação firme das ferragens, oxidação os componentes metálicos, os quais devem ser obrigatoriamente de aço inoxidável ou materiais que não oxidem com o suor do animal ou umidade.

4.8.6. item 6 - Peitoral Com Martingal será avaliada a matéria-prima, se o couro é legítimo, a espessura da pele, resistência das costuras (geralmente em fio de nylon multifilamento), ausência de "couro seco" ou quebradiço, simetria nas costuras e fixação firme das ferragens, oxidação os componentes metálicos, os quais devem ser obrigatoriamente de aço inoxidável ou materiais que não oxidem com o suor do animal ou umidade.

4.8.7. item 7 - Manta para Solípedes: será avaliada a matéria-prima, serão avaliados a capacidade de absorção de impacto e ventilação (neoprene, gel ou lã, conforme especificado), maciez no contato com o animal e rigidez estrutural para não "embolar" sob a sela.

4.8.8. item 8 - Loro Hípico - será avaliada a matéria-prima, se o couro é legítimo, a espessura da pele, resistência das costuras (geralmente em fio de nylon multifilamento), ausência de "couro seco" ou quebradiço, simetria nas costuras e fixação firme das ferragens, oxidação os componentes metálicos, os quais devem ser obrigatoriamente de aço inoxidável ou materiais que não oxidem com o suor do animal ou umidade.

4.8.9. item 9 - Estribo: a matéria prima deve ser obrigatoriamente de aço inoxidável ou materiais que não oxidem com o suor do animal ou umidade.

4.8.10. item 10 - Protetores para Solípedes para Membros Anteriores: será avaliado se o material é composto por termoplástico injetado, resistência absorção de impacto, qualidade do velcro (aderência) e flexibilidade do material para não garrotear o membro do cavalo.

4.8.11. item 11 - Protetores para Solípedes para Membros Posteriores: será avaliado se a matéria-prima é composta por termoplástico injetado, resistência absorção de impacto, qualidade do velcro (aderência) e flexibilidade do material para não garrotear o membro do cavalo.

4.8.12. item 15 - Capacete Esportivo para equitação/equoterapia: será avaliado se atendem aos padrões de segurança previstos em normas (como as normas ABNT ou certificações internacionais de impacto), ausência de rachaduras, validade do casco e qualidade da jugular/fecho.

4.8.13. item 19 e 20 - Bota de Equitação: será avaliado se o pvc é totalmente impermeável e a qualidade do elástico na parte traseira superior.

4.8.14. item 21 - Estribo de segurança: será avaliado se a matéria-prima utilizada é o poliuretano de alta qualidade.

4.9. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.10. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.11. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.12. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 07 (sete) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.13. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

### **Garantia de contratação**

4.14. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes, da Lei nº 14.133 de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do acionamento da ata.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Av. Água Fria, 1923 - Água Fria, São Paulo - SP, 02333-001.

**5.4. Considerando que os itens 14, 16, 17, 18, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 33 da planilha são produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (doze) meses.**

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica:**

5.5. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, ou corresponderá ao prazo fornecido pelo fabricante, se superior.

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05(cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.10.1 O Contratado deverá realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no seguinte local: Av. Água Fria, 1923 - Água Fria, São Paulo - SP, Cep: 02333-001.

5.10.2 O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o Contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de até 10 quilômetros do local demandado, hipótese em que o prazo para reparação ou substituição a que se refere a subdivisão anterior será contado a partir da data de entrega do equipamento na unidade de prestação de serviços do Contratado.

5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos.

5.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## 6. Modelo de gestão do contrato

### MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

#### Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Gestor do Contrato:**

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. Critérios de medição e pagamento**

### **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

#### **Recebimento**

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. No caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar e;
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

### **Prazo de pagamento**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

#### **Forma de pagamento**

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. Critérios de seleção do fornecedor**

### **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do Sistema de Registro de Preço, conforme previsto na Lei nº14.133, de 2021.

#### **Forma de fornecimento:**

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

#### **Exigências de habilitação:**

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### **Habilitação jurídica:**

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estaduais relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, [e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN,] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei..

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 64.608, de 2023), ou de sociedade simples.

8.23. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária.

#### **Outras comprovações**

8.24. Tratando-se de consórcio:

8.24.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

a) Designação do consórcio e sua composição;

b) Finalidade do consórcio;

c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;



f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

8.24.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.24.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.24.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.25. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.25.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.25.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.25.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.25.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.25.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.25.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.25.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 508.255,18

### ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

**Valor (R\$) 508.255,18**

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 508.255,18 (quinhentos e oito mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e dezoito centavos)**, conforme custos unitários apostos no item "Condições gerais de contratação". O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

## 10. Adequação orçamentária

### ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida conforme indicação de disponibilidade orçamentária da Diretoria de Finanças.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Favorável

**MATHEUS FERNANDO RUIZ DIAS**

Comandante de Pelotão



*Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 16:04:00.*

Despacho: Favorável

**JEFFERSON DE CARVALHO COSTA**

2º Sgt PM Chefe de Almoxarifado



*Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 11:43:21.*

## ESP-ACADEMIA DE POL. MILITAR BARRO BRANCO

**Estudo Técnico Preliminar 28/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 057.00258434/2025-90

**2. Descrição da necessidade****Descrição da necessidade**

2.1. A aquisição de materiais de montaria se faz necessária para a substituição dos equipamentos existentes que, pelo desgaste natural em virtude do uso diário, carecendo de reposição. Também há necessidade de aquisição de produtos para asseio dos animais visando a manutenção da saúde dos semoventes e prevenção de doenças e lesões, tudo isso é fundamental para o aprimoramento do treinamento dos futuros Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo, que visa promover o desenvolvimento de valências físicas, cognitivas e atitudinais essenciais à cavalaria. Esses equipamentos possibilitam instruções práticas e desafiadoras, que fortalecem a coordenação, agilidade, disciplina e tomada de decisão sob pressão, atributos indispensáveis para a excelência operacional e o desempenho eficaz nas atividades de segurança pública.

2.2. Por vezes, tem havido dificuldades em dar fiel cumprimento ao currículo do 1º e do 2º Ano do Curso de Formação de Oficiais (CFO), no que se refere às matérias "Policimento Montado I" e "Policimento Montado II", bem como a continuidade das atividades realizadas pelo Grêmio de Cavalaria da Academia de Polícia Militar do Barro Branco, em razão da falta de equipamentos para atender à totalidade dos integrantes dos pelotões, tornando imperativa a aquisição dos materiais ora solicitados, visando o desenvolvimento de atributos da área afetiva que compõe a formação dos futuros comandantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

2.3. No mesmo sentido, a utilização de equipamentos adequados aumenta a segurança das instruções e, ainda, contribuem para a manutenção da saúde dos solípedes do Destacamento Montado do Barro Branco, que são patrimônio da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP).

2.4. Ademais, é de suma importância a aquisição de materiais e produtos de higiene para os animais, o que contribui diretamente com a saúde e a prevenção de doenças e lesões nos solípedes, preservando o patrimônio da PMESP e promovendo o bem-estar animal.

2.5. Por fim, o setor técnico entende que a utilização de Sistema de Registro de Preços é a alternativa que melhor atende a necessidade de reposição dos materiais visando a economicidade, transparência, redução de custos com estoque e armazenamento e, ainda, a fim de evitar desperdícios com a deterioração de bens que ficariam muito tempo armazenados.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
Destacamento Montado do Barro Branco - DMBB	Jefferson de Carvalho Costa - 2º SGT PM

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

### Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 A contratação será baseada na Lei Federal nº 14.133/2021, sendo que a contratada deverá apresentar os itens de acordo com o descrito no Termo de Referência e proposta do fornecedor aprovada pelo contratante.

4.2 As especificações técnicas dos materiais citados nos subitens 4.2.1, 4.2.2 e 4.2.3 (do Termo de Referência) não permitem adequada descrição sem referenciar as marcas relacionadas nos subitens citados, que são utilizadas **apenas** como padrão de qualidade, admitindo-se propostas com produtos equivalentes, desde que comprovadamente atendam às especificações exigidas.

4.3 O prazo e local para entrega do equipamento será o indicado pela Academia de Polícia Militar do Barro Branco no Termo de Referência em estrita observância das especificações da proposta, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, constando detalhadamente os materiais, as indicações de marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazos de garantia.

4.4 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência.

4.5 Caso seja constatado alguma divergência do produto recebido com o constante no Termo de Referência e na proposta, os bens poderão ser rejeitados, em todo ou em parte, sendo que a contratada será responsabilizada pelos vícios, danos e divergências dos materiais /produtos, o que implica no dever de substituir, às suas expensas, os materiais /produtos que se constatarem não conformes, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

4.6 Os materiais de montaria, em especial os de couro, deverão ser idênticos em suas respectivas quantidades totais.

4.7 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após verificação da qualidade e quantidade do material/produto e consequente aceitação.

4.8 Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.9 As empresas licitantes, adjudicatárias e contratadas estarão sujeitas às penalidades previstas nos artigos 155 e seguintes da Lei 14.133/2021, e Art. 49 do Decreto nº 10024/2019, assegurado o Direito Constitucional do contraditório e da ampla defesa.

4.10 Caso a contratada não consiga respeitar o contrato no tempo definido, comunicar-se-á à Seção de Finanças da Academia de Polícia Militar do Barro Branco, no prazo máximo de 07 (sete) dias que antecedem o prazo de vencimento da entrega dos materiais, os motivos que impeçam ou impossibilitem o seu cumprimento de forma fundamentada e com a devida comprovação, além de atender prontamente a quaisquer exigências da Administração da APMBB, inerentes ao objeto da presente licitação.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE
01	Sela Em Couro: Sela de salto, tipo inglesa, tamanho 17,5”, confeccionada em couro bovino de alta qualidade tipo exportação na cor preta com garantia de, pelo menos 1 (um) ano no que se refere ao tingimento do couro. A armação deverá ser confeccionada em madeira laminada tratada, com pintura anti-umidade e reforçada com aço inoxidável, ou outro material com qualidade equivalente, como polipropileno rígido, e com garantia de, no mínimo, 05 (cinco) anos. O assento e as borraínas confeccionadas em couro duplo engraxado antiderrapante com	341503	15

	espessura de 2mm e com preenchimento em poliuretano injetável macio e com memória elastomérica. As abas deverão ser confeccionadas em sola 5mm com borrainas fixas. O suadouro em couro duplo de 2mm com preenchimento em poliuretano injetável macio e com memória elastomérica. Os porta losos deverão ser fundidos em aço inox e com trava de segurança. Deverá conter duas meia argolas para fixação de peitoral e 3 ponteiros para a cilha. UNIDADE		
02	Protetor lombar elaborado em composto anti impacto de fácil manutenção e excepcional durabilidade, com formato anatômico acompanhando o lombo do cavalo respeitando a curvatura de cernelha e fazendo com que a sela se eleve, aliviando o contato e a pressão sobre essa delicada e sensível parte do cavalo. Com densidade e maciez apropriadas, minimiza os impactos do peso do cavaleiro, otimizando a prevenção de lesões. Sua superfície perfurada possui propriedades antideslizantes, ajudando a permanência do correto posicionamento da sela ao longo do trabalho sem que a mesma corra para trás. UNIDADE	483663	15
03	Cabeçada: Modelo inglês, em couro soleta 35/40 linhas, na cor preta, com fivelas hípicas em aço inox de 16mm; com 2 faceiras para freio e bridão, com focinheira, testeira e cachaceira forradas em vaqueta; cachaceira 1,20m, ponteiros 21cm, testeira 55cm, focinheira 80cm, com ressalto forrado em atanado. UNIDADE	444825	56
04	Rédea: em couro soleta 35/40 linhas de cor escura e cadarço na cor preta com fivelas de metal niquelado; 2.80m de comprimento com ponteiros e parte central em couro e largura de 20mm.	403230	50
05	Barrigueira para Sela de Equitação: Tipo bavete em couro 35 linhas, na cor preta, com proteção em vaqueta e pi 12mm extra soft e elástico inglês verde duplo; com mosquetão central de 5cm, duas meia argolas laterais de 22mm e quatro fivelas de rolete de 25mm; fixação da sela ao cavalo e proteção contra rampão em formato anatômico; medindo 8 cm na parte dos elásticos, com quatro elásticos duplos de 38mm, e com 30cm na parte inferior, nos tamanhos 1,10m, 1,20 e 1,30m de acordo com a demanda da contratante. UNIDADE	444840	50
06	Peitoral Com Martingal: Modelo aberto em V, em couro 45 linhas na cor preta, com elástico inglês verde, com largura de 20mm aproximadamente; com fivela de regulagem em cada uma das três pontas, em latão niquelado, argola de 32mm com proteção de couro; fixação na sela com mosquetões, fornecido com martingal de soletade 35/40 linhas c/fivelas para regulagem, argolas e mosquetão. UNIDADE	444844	30
07	Manta para Solípedes: confeccionada em brim especial acolchoada com espuma, com densidade D33, espessura de aproximadamente 20mm; com costuras quadriculadas capitonê, para sela modelo inglês, com passadores de cilha; medindo 60cm de comprimento por 90cm de largura aproximadamente, na cor única azul marinho. UNIDADE	444827	60
08	Loro Hípico: confeccionado em vaqueta de couro tripla reforçada internamente com nylon; fivela em aço inox; 1,25m de comprimento e 25mm de largura máxima, com furação de 20mm entre os furos; para suporte de estribos (sendo comercializado o par do loro hípico). Fornecido em pares.	222403	40
09	Estribo: tipo hípico; em alumínio, peça única, sem soldas ou parafusos; soleira com borracha antiderrapante, com encaixe perfeito; pesando no máximo 2kg o par (sendo comercializado o par do estribo). Fornecido em pares.	618209	15
10	Protetores para Solípedes para Membros Anteriores: protetor para tendões confeccionado em borracha b-foam 6 mm, com proteção injetado tpu5127/d50-d60 abrasão pfi 22 na área do tendão; na cor preta; costurado com linha nylon 60, 100% poliamida,	444829	10

	fechamento com duas faixas elásticas e pinos com três ajustes medindo aproximadamente 27cm (sendo comercializado o par do protetores para solípedes para membros anteriores).		
11	Protetores para Solípedes para Membros Posteriores: Em Borracha B-foam 6 mm, com proteção injetado tpu5127/d50 d60 abrasão pfi 22 na área do boleto; na cor preta; costurado com linha nylon 60 100% poliamida, fechamento por pinos em aço inox com regulador de tensão em quatro estágios (sendo comercializado o par do protetores para solípedes para membros anteriores).	483756	10
12	Rasqueadeira: para equinos, medindo no mínimo (16cmx9cmx2cm) (comprimento x largura x espessura), c/4 fileiras de dentes e duas lisas; alumínio mínimo de 1mm de espessura sem cantos vivos (arredondados). UNIDADE	296945	80
13	Escova para Equinos: base de madeira; formato retangular; cepa em nylon; medidas aproximadas 25cmx8cm (comprimento x largura); cerdas duras; indicada para limpeza superficial de equinos. Cor deverá ser neutra. UNIDADE	618742	200
14	Óleo para Conservação de Couro: líquido brilhante; com odor de amêndoas; composto a base de óleo de amêndoas, óleo de mocotó, óleo mineral, butilhidroxitolueno, lanolina, essência com perfume de amêndoas e veículo q.s.p; com consistência viscosa de densidade: 0,82- 0,86 g/cm³; para conservação de matérias de couro. Frascos de 1000 mililitros.	273902	15
15	Capacete Esportivo para equitação/equoterapia em conformidade com as normas en1384:2017(comunidade europeia); de astm1163-15(eua) composto por 4 camadas de absorção de impacto com sistema de fixação e ajustes; abertura de ar, com o modo on/of, com tres pontos de fixação e ajuste na jugular e laterais; tamanho adulto de 500 mm a 640 mm com dispositivo giratório na parte traseira para regulagem; com forraçao em tecido vinilico; fecho engate rapido de prolipropileno com alça identificada em vermelho; com no minimo 3 aberturas de ventilacoes; na cor preta; tiras de prolipropileno de alta tenacidade com largura maxima de 20mm; com pintura de brasão estilizado. UNIDADE	444835	40
16	Repelente de Uso Veterinário para Equinos: composto de no mínimo 15ml de óleo essencial de citronela para cada 100ml de veículo; registrado no ministério da agricultura com validade de 24 meses; utilizado para repelir insetos buscando evitar a transmissão de doenças, em embalagem contendo 5 litro.	439423	20
17	Shampoo Profissional de Uso Veterinário P/equinos: produto concentrado 1:10, composto de; lauril éter sulfato de sódio 25%, dietanolamina de ácido graxo de coco 3%, coco amido propilbetaina 1%; óleo de coco, veículo qsp 100%, fabricante c/ licença e produto com processo de licenciado no mapa; em embalagem contendo 5 litro	448051	30
18	Abrilhantador de Uso Veterinário para Equinos: composto de 61.2 gramas de dimethicone por 1000ml de veículos; licenciado pelo ministério da agricultura com validade de 24 meses; utilizado p/ desembaraçar caudas e crinas de equinos, não podendo ser óleo e creme, contendo 5 Litros	448051	20
19	Bota de Equitação: em pvc totalmente impermeável; cano longo, em pvc, sem furacão; ajustado com elástico em elástico na parte traseira superior (panturrilha); solado em pvc, resistência ao escorregamento; tamanhos variados de 34 a 48 de acordo com a demanda da contratante; na cor preta, sem detalhes; colocação do solado injetado no cabedal; unisex; palmilha de montagem em pvc; sem palmilha higiênica; sem biqueira; sem alma, comercializado em pares.	620540	180
	Bota de Equitação: em pvc totalmente impermeável; cano longo, em pvc, sem furacão; ajustado com elástico em elástico na parte traseira superior (panturrilha); solado em pvc, resistência ao escorregamento; tamanhos variados de 34 a 48 de acordo com a		

20	demanda da contratante; na cor preta, sem detalhes; colocação do solado injetado no cabedal; unisex; palmilha de montagem em pvc; sem palmilha higiênica; sem biqueira; sem alma, comercializado em pares.	620540	70
21	Estribo de segurança: estribo de segurança com haste lateral móvel com abertura de 90° para liberar o pé em caso de queda, passador de loro angulado, soleira com inclinação de 5°, formato ergonômico arredondado, produzido em poliuretano de alta qualidade, na cor preta (sendo comercializado o par do estribo).	618209	05
22	Guia de Trabalho de Equinos: confeccionada em algodão de 25mm de alta resistência; costuras com reforço de couro em vaqueta macia; mosquetão de latão niquelado; alça para encaixar a mão costurada com reforço na outra extremidade. UNIDADE	315528	04
23	Chicote de Guia: preto; feito em fibra flexível revestida por nylon com 180cm; cabo de borracha; ponteira medindo pelo menos 170cm em nylon; comprimento total de 350 cm. UNIDADE	483719	10
24	Espora Hípica: confeccionado em aço inox; na cor prateada, aro de seção semi-elíptico; 2 aberturas de 15mm para correia de espora; cão redondo no tamanho de 20mm (sendo comercializado o par da espora).	600659	30
25	Suplemento Vitamínico e Mineral Aminoácido para Equinos: suplemento aminoácido, mineral e vitamínico para alimentação animal; níveis de garantia 20kmínima por Kg do produto: Ácido Aspártico (Mín.) 600,00 mg, Ácido Fólico (Mín.) 181,18 mg, Ácido Glutâmico (Mín.) 3.400,00 mg, Ácido Nicotínico (Mín.) 600,00 mg, Alanina (Mín.) 6.300,00 mg, Arginina (Mín.) 3.400,00 mg, Biotina (Mín.) 99,00 mg, Cálcio (Mín.) 157,13g (Máx.) 188,47 g, Cisteína (Mín.) 242,84 mg, Cobalto (Mín.) 200,00 mg, Cobre (Mín.) 736,00 mg, Colina (Mín.) 3.715,90 mg, Cromo (Mín.) 80,00 mg, Enxofre (Mín.) 13,71 g, Fenilalanina (Mín.) 2.000,00 mg, Ferro (Mín.) 2.352,00 mg, Fósforo (Mín.) 106,30 g, Glicina (Mín.) 11,10 g, Histidina (Mín.) 600,00 mg, Iodo (Mín.) 124,50 mg, Isoleucina (Mín.) 1.600,00 mg, Carnitina (Mín.) 96,00 mg, Leucina (Mín.) 3.000,00 mg, Lisina (Mín.) 23,00 g, Magnésio (Mín.) 32,20 g, Manganês (Mín.) 558,00 mg, Metionina (Mín.) 12,30 g, Pantotenato de cálcio (Mín.) 475,00 mg, Prolina (Mín.) 8.600,00 mg, Saccharomyces cerevisiae (Mín.) 1x1010 UFC, Selênio (Mín.) 44,97 mg, Serina (Mín.) 700,00 mg, Sódio (Mín.) 3.700,00 mg, Tirosina (Mín.) 1.000,00 mg, Treonina (Mín.) 500,00 mg, Triptofano (Mín.) 300,00 mg, Valina (Mín.) 2.300,00 mg, Vitamina A (Mín.) 532.000,00 UI, Vitamina B1 (Mín.) 239,55 mg, Vitamina B12 (Mín.) 1.100,00 mcg, Vitamina B2 (Mín.) 240,00 mg, Vitamina B6 (Mín.) 199,00 mg, Vitamina C (Mín.) 4.947,00 mg, Vitamina D3 (Mín.) 150.000,00 UI, Vitamina E (Mín.) 1.000,00 UI, Zinco (Mín.) 4.043,40 mg; apresentado em embalagem de 20 kg.	467067	20
26	Suplemento Vitamínico e Mineral para Recuperação Física: níveis de garantia mínima por kg do produto: Ácido Aspártico (Mín.) 9.255,7 mg, Ácido Glutâmico (Mín.) 19,11 g, Alanina (Mín.) 22,869 g, Arginina (Mín.) 7.072 mg, Beta hidroxil metil butirato (Mín.) 1.774 mg, Betaína (Mín.) 9.788 mg, Cisteína (Mín.) 581,4 mg, Colina (Mín.) 10 g, Cromo (Mín.) 102,5 mg, Fenilalanina (Mín.) 4.213 mg, Glicina (Mín.) 49,652 g, Glicose (Mín.) 201,8204 g, Histidina (Mín.) 1.148 mg, Isoleucina (Mín.) 2.033 mg, L-Carnitina (Mín.) 20 g, Leucina (Mín.) 7.514 mg, Lisina (Mín.) 28,929 g, Metionina (Mín.) 13,424 g, Prolina (Mín.) 27,981 g, Serina (Mín.) 1.252 mg, Tirosina (Mín.) 1.141 mg, Treonina (Mín.) 378,5 mg, Triptofano (Mín.) 531,4 mg, Valina (Mín.) 5.542 mg. Frasco de 1000 mililitros.	413953	20
27	Medicamentos de Uso Veterinário: Ácido Fólico (Vitamina B9) (Mín.) 9.920 mg, Ácido Nicotínico (Vitamina B3) (Mín.) 1.000 mg, Cobalto (Mín.) 100 mg, Cobre (Mín.) 507 mg, Extrato de echinacea (Mín.) 3.200 mg, Ferro (Mín.) 9.003 mg, Glicose (Mín.) 201,4 g, Lisina (Mín.) 39,996 g, Pantotenato de Cálcio	413953	25

	(Mín.) 980 mg, Vitamina B1 (Mín.) 1.500 mg, Vitamina B12 (Mín.) 30.000 mcg, Vitamina B2 (Mín.) 1.520 mg, Vitamina B6 (Mín.) 1.188 mg, Vitamina K3 (Mín.) 297 mg, Zinco (Mín.) 5.002 mg. Frasco de 1000 mililitros.		
28	Suplemento Solução Injetável: Solução injetável contendo vitaminas, aminoácidos e minerais; contendo em 500 ml do produto: 10 mg de Vit. B1 (Tiamina) + 50 mg de Vit. B2 + 10 mg de Vit. B6 + 1 g de Nicotinamida + 150 mg de Pantotenato de Cálcio + 1,5 g de DL Metionina + 2,75 g de Cloreto de Sódio + 185 mg de Cloreto de Potássio + 150 mg de Cloreto de Cálcio (= 198 mg de Cloreto de Cálcio diidratado) + 150 mg de Cloreto de Magnésio (= 321 mg de Cloreto de Magnésio Hexaidratado). Cada ampola de 3 mL contém 10 mg de Vit. B12 (Cianocobalamina); vencimento acima de 12 meses; Frasco de 500ml e uma Ampola de Vitamina B12. Frasco de 500 mililitros.	441935	30
29	Graxa para Casco: Solução; Composto de 21% de Óleos e Ácidos Graxos; 1,5% de Corantes e Aromatizantes; 70% de Vaselina Branca e 7,5% de Óleo Mineral; Tópico. Comercializado em potes de 300 gramas.	439491	09
30	Suplemento Nutricional para Cascos de Equinos: níveis de garantia mínima por kg do produto Ácido Fólico (Vitamina B9) (Mín.) 1.200,74 mg, Betacaroteno (Mín.) 2,81 mg, Betaína (Mín.) 10,0016 g, Biotina (Mín.) 3.000,7 mg, Lisina (Mín.) 73,2 g, Manganês (Mín.) 6.001,64 mg, Metionina (Mín.) 29,7 g, Selênio (Mín.) 50,13 mg, Taurina (Mín.) 21,9 g, Vitamina B6 (Mín.) 2.403,51 mg, Zinco (Mín.) 19,0004 g; vencimento acima de 12 meses. Frasco de 1000 mililitros.	413953	60
31	Suplemento Vitamínico e Mineral Regenerador Articular para Equino: sulfato de condroitina a 7,5 g; sulfato de glucosamina 7,5 g; veículo q.s.p 100,0 ml; em embalagem apropriada, validade mínima de 90 dias da data da compra; apresentação em frasco ampola contendo 10 ml	422329	100
32	Suplemento nutricional uso veterinário energético obtido do óleo de arroz composto por Ácido Linoléico (Mín.).....3401,90 g/Kg; Ácido Linolênico (Mín.).... 17,90 g/Kg; Ácido Oléico (Mín.).... 383,10 g/Kg; Ácido Palmítico (Mín.)....206,30 g /Kg; Ômega 3 (Mín.)...18,50 g/Kg; Ômega 6 (Mín.)....342,100 g/Kg; Ômega 9 (Mín.)....388,90 g/Kg; Energia Metabolizável (Mín.)....9.602,00 Kcal/Kg; Extrato Etéreo (Mín.).....990,00 g/Kg; Mananoligossacarídeo (Mín.)....13,80 g/Kg; Saccharomyces cerevisiae...7,00x10 <sup>10</sup> UFC/ L; Umidade (Max.)....10,00 g/Kg; Vitamina E (Mín.)....197,52 g/Kg. Apresentado em Acordo com a Legislação Vigente, Embalagem que Assegure a Integridade do Produto. Galão de 5L. GAMA RICE UNIVITTÁ OU SIMILAR	413953	120
33	Tratamento Contra Babesiose Injetável: solução; com 12% de imidocarb; embalado em frasco de 15 ml.	409124	04
34	Suplemento Proteico para Alimentação: contendo aminoácidos, vitaminas, leveduras e prebióticos; níveis de garantia por kg do produto: Proteína bruta (Mín.) 178,6 g, Extrato etéreo (Mín.) 28,3 g, Fibra bruta (Máx.) 500 mg, Matéria mineral (Máx.) 61,0 g, Umidade (Máx.)100 g, Saccharomyces cerevisiae (Mín.) 9 x 10 UFC, Mananoligossacarídeos (Mín.) 1.000 mg, Fruto-oligossacarídeos (Mín.) 2.000 mg, Vitamina B1 (Mín.) 5,4 mg, Vitamina B2 (Mín.) 19 mg, Vitamina B6 (Mín.) 11,2 mg, Vitamina B12 (Mín.) 24 mcg, Biotina (Mín.) 2,8 mg, Ácido fólico (Mín.) 10 mg, Colina (Mín.) 750 mg, Ácido nicotínico (Mín.) 20,30 mg, Lisina (Mín.) 16,68 g, Histidina (Mín.) 3.526 mg, Arginina (Mín.) 9.770 mg, Ácido aspártico (Mín.) 18,11 g, Treonina (Mín.) 7.699 mg, Serina (Mín.) 9.803 mg, Ác. glutâmico (Mín.) 20,36 g, Prolina (Mín.) 7.327 mg, Glicina (Mín.) 8.481 mg, Alanina (Mín.) 11,97 g, Cistina (Mín.) 2.461 mg, Valina (Mín.) 9.668 mg, Metionina (Mín.) 6.649 mg, Isoleucina (Mín.) 8.740	467067	80



	mg, Leucina (Mín.) 13,3 g, Tirosina (Mín.) 4.570 mg, Fenilalanina (Mín.) 7.130 mg; Sendo comercializado em pacotes de 1 quilograma		
35	Corda de Fibra de Poliamida ou polipropileno, 12 mm Branca, embalagem com 100 metros	336021	03
36	Balde: Reforçado; com apoio de mão no fundo; confeccionado com plástico resistente; alça metálica para transporte; medidas internas 290mm x altura 220mm; na cor preta, capacidade para 12 L. UNIDADE.	622092	100

## 5. Levantamento de Mercado

### Levantamento de Mercado

5.1 Diante das necessidades apontadas neste estudo, foram realizadas pesquisas de preços de mercado com o objetivo de atender à demanda dentro dos requisitos de qualidade apontados no Termo de Referência em empresas que fornecem os materiais.

## 6. Descrição da solução como um todo

### Descrição da solução como um todo

- 6.1. A solução proposta envolve a compra de bens com base na Lei federal nº 14.133/2021.
- 6.2. No mais, as empresas vencedoras se qualificarão mediante procedimento licitatório com o menor formalismo e cujo tempo necessário para processamento seja o menor possível, sob pena de prejudicar sobremaneira o interesse público primário ora tutelado.
- 6.3. Todos os demais elementos necessários ao atendimento à demanda da Administração estarão dispostos no Termo de Referência, entre eles as obrigações e responsabilidades da contratada e demais especificidades do objeto.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

### Estimativa das quantidades a serem contratadas

- 7.1. A definição dos quantitativos foi estabelecida com base nos seguintes parâmetros técnicos e administrativos:
- Materiais de Montaria** Calculados de acordo com o efetivo de Alunos Oficiais do 1º e 2º anos do Curso de Formação de Oficiais (CFO), visando garantir que a totalidade dos integrantes dos pelotões disponha de equipamentos de proteção individuais para as disciplinas de "Policimento Montado I e II".
  - Produtos de Asseio e Higiene:** Estimados com base no censo atual de solípedes do Destacamento Montado da APMBB, considerando a frequência de uso diário necessária para a manutenção da saúde e prevenção de doenças dos animais.
  - Histórico de Consumo:** Utilizou-se a média de consumo e o índice de desgaste natural dos materiais de couro e metal observados nos últimos exercícios, subtraindo-se o saldo remanescente em estoque para evitar o armazenamento excessivo e a deterioração de bens.

ITEM	COD COMPRAS GOV	DESCRIÇÃO	UF	QUANTIDADE	PREÇO MÉDIO UNITARIO (R\$)
		Sela Em Couro: Sela de salto, tipo inglesa, tamanho 17,5”, confeccionada em couro bovino de alta qualidade tipo exportação na cor preta com garantia de, pelo menos 1 (um) ano no que se refere ao tingimento do couro. A armação			

01	341503	deverá ser confeccionada em madeira laminada tratada, com pintura anti-umidade e reforçada com aço inoxidável, ou outro material com qualidade equivalente, como polipropileno rígido, e com garantia de, no mínimo, 05 (cinco) anos. O assento e as borrainas confeccionadas em couro duplo engraxado antiderrapante com espessura de 2mm e com preenchimento em poliuretano injetável macio e com memória elastomérica. As abas deverão ser confeccionadas em sola 5mm com borrainas fixas. O suadouro em couro duplo de 2mm com preenchimento em poliuretano injetável macio e com memória elastomérica. Os porta lóros deverão ser fundidos em aço inox e com trava de segurança. Deverá conter duas meia argolas para fixação de peitoral e 3 ponteiros para a cilha.	UNIDADE	15	R\$ 3.775,66
02	483663	Protetor lombar elaborado em composto anti impacto de fácil manutenção e excepcional durabilidade, com formato anatômico acompanhando o lombo do cavalo respeitando a curvatura de cernelha e fazendo com que a sela se eleve, aliviando o contato e a pressão sobre essa delicada e sensível parte do cavalo. Com densidade e maciez apropriadas, minimiza os impactos do peso do cavaleiro, otimizando a prevenção de lesões. Sua superfície perfurada possui propriedades antideslizantes, ajudando a permanência do correto posicionamento da sela ao longo do trabalho sem que a mesma corra para trás.	UNIDADE	15	R\$ 254,26
03	444825	Cabeçada: Modelo inglês, em couro soleta 35/40 linhas, na cor preta, com fivelas hípicas em aço inox de 16mm; com 2 faceiras para freio e bridão, com focinheira, testeira e cachaceira forradas em vaqueta; cachaceira 1,20m, ponteiros 21cm, testeira 55cm, focinheira 80cm, com ressalto forrado em atanado.	UNIDADE	56	R\$ 499,66
04	403230	Rédea: em couro soleta 35/40 linhas de cor escura e cadarço na cor preta com fivelas de metal niquelado; 2.80m de comprimento com ponteiros e parte central em couro e largura de 20mm.	UNIDADE	50	R\$ 201,30
05	444840	Barrigueira para Sela de Equitação: Tipo bavete em couro 35 linhas, na cor preta, com proteção em vaqueta e pi 12mm extra soft e elástico inglês verde duplo; com mosquetão central de 5cm, duas meia argolas laterais de 22mm e quatro fivelas de rolete de 25mm; fixação da sela ao cavalo e proteção contra rampão em formato anatômico; medindo 8 cm na parte dos elásticos, com quatro elásticos duplos de 38mm, e com 30cm na parte inferior, nos tamanhos 1,10 m, 1,20 e 1,30m de acordo com a demanda da contratante.	UNIDADE	50	R\$ 850,25
06	444844	Peitoral Com Martingal: Modelo aberto em V, em couro 45 linhas na cor preta, com elástico inglês verde, com largura de 20mm aproximadamente; com fivela de regulagem em cada uma das três pontas, em latão niquelado, argola de 32mm com proteção de couro; fixação na sela com mosquetões, fornecido com martingal de soletade 35/40 linhas c/fivelas para regulagem, argolas e mosquetão	UNIDADE	30	R\$ 804,57

07	444827	Manta para Solípedes: confeccionada em brim especial acolchoada com espuma, com densidade D33, espessura de aproximadamente 20mm; com costuras quadriculadas capitonê, para sela modelo inglês, com passadores de cilha; medindo 60cm de comprimento por 90cm de largura aproximadamente, na cor única azul marinho	UNIDADE	60	R\$ 262,20
08	222403	Loro Hípico: confeccionado em vaqueta de couro tripla reforçada internamente com nylon; fivela em aço inox; 1,25m de comprimento e 25mm de largura máxima, com furação de 20mm entre os furos; para suporte de estribos (sendo comercializado o par do loro hípico), Comercializado em PARES.	UNIDADE	40	R\$ 362,33
09	618209	Estribo: tipo hípico; em alumínio, peça única, sem soldas ou parafusos; soleira com borracha antiderrapante, com encaixe perfeito; pesando no máximo 2kg o par (sendo comercializado o par do estribo).	UNIDADE	15	R\$ 667,13
10	5843626	Protetores para Solípedes para Membros Anteriores: protetor para tendões confeccionado em borracha b-foam 6 mm, com proteção injetado tpu5127/d50-d60 abrasão pfi 22 na área do tendão; na cor preta; costurado com linha nylon 60, 100% poliamida, fechamento com duas faixas elásticas e pinos com três ajustes medindo aproximadamente 27cm (sendo comercializado o par do protetores para solípedes para membros anteriores)	UNIDADE	10	R\$ 252,68
11	483756	Protetores para Solípedes para Membros Posteriores: Em Borracha B-foam 6 mm, com proteção injetado tpu5127/d50 d60 abrasão pfi 22 na área do boleto; na cor preta; costurado com linha nylon 60 100% poliamida, fechamento por pinos em aço inox com regulador de tensão em quatro estágios (sendo comercializado o par do protetores para solípedes para membros anteriores).	UNIDADE	10	R\$ 307,71
12	296945	Rasqueadeira: para equinos, medindo no mínimo (16cmx9cmx2cm) (comprimento x largura x espessura), c/4 fileiras de dentes e duas lisas; alumínio mínimo de 1mm de espessura sem cantos vivos (arredondados).	UNIDADE	80	R\$ 79,22
13	618742	Escova para Equinos: base de madeira; formato retangular; cepa em nylon; medidas aproximadas 25cmx8cm (comprimento x largura); cerdas duras; indicada para limpeza superficial de equinos. Cor deverá ser neutra.	UNIDADE	200	R\$ 30,68
14	273902	Óleo para Conservação de Couro: líquido brilhante; com odor de amêndoas; composto a base de óleo de amêndoas, óleo de mocotó, óleo mineral, butilhidroxitolueno, lanolina, essência com perfume de amêndoas e veículo q.s.p; com consistência viscosa de densidade: 0,82- 0,86 g /cm³; para conservação de matérias de couro	FRASCOS DE 1000 MILILITROS	15	R\$ 131,93
		Capacete Esportivo para equitação/equoterapia em conformidade com as normas en1384:2017 (comunidade europeia); de astm1163-15(eua) composto por 4 camadas de absorção de impacto com sistema de fixação e ajustes; abertura de ar, com o modo on/of,com tres pontos de fixação e ajuste na jugular e laterais; tamanho adulto de			

15	444835	500 mm a 640 mm com dispositivo giratório na parte traseira para regulagem; com forração em tecido vinílico; fecho engate rápido de prolipropileno com alça identificada em vermelho; com no mínimo 3 aberturas de ventilações; na cor preta; tiras de prolipropileno de alta tenacidade com largura máxima de 20mm; com pintura de brasão estilizado.	UNIDADE	40	R\$ 953,66
16	444835	Repelente de Uso Veterinário para Equinos: composto de no mínimo 15ml de óleo essencial de citronela para cada 100ml de veículo; registrado no ministério da agricultura com validade de 24 meses; utilizado para repelir insetos buscando evitar a transmissão de doenças, em embalagem contendo 5 litro	GALÃO DE 5 LITROS	20	R\$ 670,47
17	448051	Shampoo Profissional de Uso Veterinário P/equinos: produto concentrado 1:10, composto de; lauril éter sulfato de sódio 25%, dietanolamina de ácido graxo de coco 3%, coco amido propilbetaina 1%; óleo de coco, veículo qsp 100%, fabricante c/ licença e produto com processo de licenciado no mapa; em embalagem contendo 5 litro	GALÃO DE 5 LITROS	30	R\$ 185,41
18	448051	Abrilhantador de Uso Veterinário para Equinos: composto de 61.2 gramas de dimeticone por 1000ml de veículos; licenciado pelo ministério da agricultura com validade de 24 meses; utilizado p/ desembaraçar caudas e crinas de equinos, não podendo ser óleo e creme, contendo 5 Litros	GALÃO DE 5 LITROS	20	R\$ 309,63
19	620540	Bota de Equitação: em pvc totalmente impermeável; cano longo, em pvc, sem furacão; ajustado com elástico em elástico na parte traseira superior (panturrilha); solado em pvc, resistência ao escorregamento; tamanhos variados de 34 a 48 de acordo com a demanda da contratante; na cor preta, sem detalhes; colocação do solado injetado no cabedal; unisex; palmilha de montagem em pvc; sem palmilha higiênica; sem biqueira; sem alma.	PAR	180	R\$ 340,00
20	620540	Bota de Equitação: em pvc totalmente impermeável; cano longo, em pvc, sem furacão; ajustado com elástico em elástico na parte traseira superior (panturrilha); solado em pvc, resistência ao escorregamento; tamanhos variados de 34 a 48 de acordo com a demanda da contratante; na cor preta, sem detalhes; colocação do solado injetado no cabedal; unisex; palmilha de montagem em pvc; sem palmilha higiênica; sem biqueira; sem alma.	PAR	70	R\$ 340,00
21	618209	Estribo de segurança: estribo de segurança com haste lateral móvel com abertura de 90° para liberar o pé em caso de queda, passador de lora angulado, soleira com inclinação de 5°, formato ergonômico arredondado, produzido em poliuretano de alta qualidade, na cor preta (sendo comercializado o par do estribo).	UNIDADE	05	R\$ 1.853,33
22	315528	Guia de Trabalho de Equinos: confeccionada em algodão de 25mm de alta resistência; costuras com reforço de couro em vaqueta macia; mosquetão de latão niquelado; alça para encaixar a mão costurada com reforço na outra extremidade.	UNIDADE	04	R\$ 192,00

23	483719	Chicote de Guia: preto; feito em fibra flexível revestida por nylon com 180cm; cabo de borracha; ponteira medindo pelo menos 170cm em nylon; comprimento total de 350 cm.	UNIDADE	10	R\$ 149,33
24	600659	Espora Hípica: confeccionado em aço inox; na cor prateada, aro de seção semi-elíptico; 2 aberturas de 15mm para correia de espoura; cão redondo no tamanho de 20mm (sendo comercializado o par da espoura).	UNIDADE	30	R\$ 256,16
25	467067	Suplemento Vitamínico e Mineral Aminoácido para Equinos: suplemento aminoácido, mineral e vitamínico para alimentação animal; níveis de garantia 20kmínima por Kg do produto: Ácido Aspártico (Mín.) 600,00 mg, Ácido Fólico (Mín.) 181,18 mg, Ácido Glutâmico (Mín.) 3.400,00 mg, Ácido Nicotínico (Mín.) 600,00 mg, Alanina (Mín.) 6.300,00 mg, Arginina (Mín.) 3.400,00 mg, Biotina (Mín.) 99,00 mg, Cálcio (Mín.) 157,13g (Máx.) 188,47 g, Cisteína (Mín.) 242,84 mg, Cobalto (Mín.) 200,00 mg, Cobre (Mín.) 736,00 mg, Colina (Mín.) 3.715,90 mg, Cromo (Mín.) 80,00 mg, Enxofre (Mín.) 13,71 g, Fenilalanina (Mín.) 2.000,00 mg, Ferro (Mín.) 2.352,00 mg, Fósforo (Mín.) 106,30 g, Glicina (Mín.) 11,10 g, Histidina (Mín.) 600,00 mg, Iodo (Mín.) 124,50 mg, Isoleucina (Mín.) 1.600,00 mg, Carnitina (Mín.) 96,00 mg, Leucina (Mín.) 3.000,00 mg, Lisina (Mín.) 23,00 g, Magnésio (Mín.) 32,20 g, Manganês (Mín.) 558,00 mg, Metionina (Mín.) 12,30 g, Pantotenato de cálcio (Mín.) 475,00 mg, Prolina (Mín.) 8.600,00 mg, Saccharomyces cerevisiae (Mín.) 1x1010 UFC, Selênio (Mín.) 44,97 mg, Serina (Mín.) 700,00 mg, Sódio (Mín.) 3.700,00 mg, Tirosina (Mín.) 1.000,00 mg, Treonina (Mín.) 500,00 mg, Triptofano (Mín.) 300,00 mg, Valina (Mín.) 2.300,00 mg, Vitamina A (Mín.) 532.000,00 UI, Vitamina B1 (Mín.) 239,55 mg, Vitamina B12 (Mín.) 1.100,00 mcg, Vitamina B2 (Mín.) 240,00 mg, Vitamina B6 (Mín.) 199,00 mg, Vitamina C (Mín.) 4.947,00 mg, Vitamina D3 (Mín.) 150.000,00 UI, Vitamina E (Mín.) 1.000,00 UI, Zinco (Mín.) 4.043,40 mg; apresentado em embalagem de 20 kg	Saco 20 quilogramas	20	R\$ 1.372,68
26	413953	Suplemento Vitamínico e Mineral para Recuperação Física: níveis de garantia mínima por kg do produto: Ácido Aspártico (Mín.) 9.255,7 mg, Ácido Glutâmico (Mín.) 19,11 g, Alanina (Mín.) 22,869 g, Arginina (Mín.) 7.072 mg, Beta hidroxil metil butirato (Mín.) 1.774 mg, Betaína (Mín.) 9.788 mg, Cisteína (Mín.) 581,4 mg, Colina (Mín.) 10 g, Cromo (Mín.) 102,5 mg, Fenilalanina (Mín.) 4.213 mg, Glicina (Mín.) 49,652 g, Glicose (Mín.) 201,8204 g, Histidina (Mín.) 1.148 mg, Isoleucina (Mín.) 2.033 mg, L-Carnitina (Mín.) 20 g, Leucina (Mín.) 7.514 mg, Lisina (Mín.) 28,929 g, Metionina (Mín.) 13,424 g, Prolina (Mín.) 27,981 g, Serina (Mín.) 1.252 mg, Tirosina (Mín.) 1.141 mg, Treonina (Mín.) 378,5 mg, Triptofano (Mín.) 531,4 mg, Valina (Mín.) 5.542 mg	Frasco 1 Litro	20	R\$ 217,70
		Medicamentos de Uso Veterinário: Ácido Fólico (Vitamina B9) (Mín.) 9.920 mg, Ácido Nicotínico (Vitamina B3) (Mín.) 1.000 mg,			

27	4969200	Cobalto (Mín.) 100 mg, Cobre (Mín.) 507 mg, Extrato de echinacea (Mín.) 3.200 mg, Ferro (Mín.) 9.003 mg, Glicose (Mín.) 201,4 g, Lisina (Mín.) 39,996 g, Pantotenato de Cálcio (Mín.) 980 mg, Vitamina B1 (Mín.) 1.500 mg, Vitamina B12 (Mín.) 30.000 mcg, Vitamina B2 (Mín.) 1.520 mg, Vitamina B6 (Mín.) 1.188 mg, Vitamina K3 (Mín.) 297 mg, Zinco (Mín.) 5.002 mg	Frasco 1 Litro	25	R\$ 411,81
28	441935	Suplemento Solução Injetável: Solução injetável contendo vitaminas, aminoácidos e minerais; contendo em 500 ml do produto: 10 mg de Vit. B1 (Tiamina) + 50 mg de Vit. B2 + 10 mg de Vit. B6 + 1 g de Nicotinamida + 150 mg de Pantotenato de Cálcio + 1,5 g de DL Metionina + 2,75 g de Cloreto de Sódio + 185 mg de Cloreto de Potássio + 150 mg de Cloreto de Cálcio (= 198 mg de Cloreto de Cálcio diidratado) + 150 mg de Cloreto de Magnésio (= 321 mg de Cloreto de Magnésio Hexaidratado). Cada ampola de 3 mL contém 10 mg de Vit. B12 (Cianocobalamina); vencimento acima de 12 meses; Frasco de 500ml e uma Ampola de Vitamina B12	Frasco de 500 mililitro	30	R\$ 30,58
29	439491	Graxa para Casco: Solução; Composto de 21% de Óleos e Ácidos Graxos; 1,5% de Corantes e Aromatizantes; 70% de Vaselina Branca e 7,5% de Óleo Mineral; Tópico.	Pote 300 gramas	09	R\$ 63,98
30	413953	Suplemento Nutricional para Cascos de Equinos: níveis de garantia mínima por kg do produto Ácido Fólico (Vitamina B9) (Mín.) 1.200,74 mg, Betacaroteno (Mín.) 2,81 mg, Betaína (Mín.) 10,0016 g, Biotina (Mín.) 3.000,7 mg, Lisina (Mín.) 73,2 g, Manganês (Mín.) 6.001,64 mg, Metionina (Mín.) 29,7 g, Selênio (Mín.) 50,13 mg, Taurina (Mín.) 21,9 g, Vitamina B6 (Mín.) 2.403,51 mg, Zinco (Mín.) 19,0004 g; vencimento acima de 12 meses	Frasco 1 Litro	60	R\$ 403,20
31	422329	Suplemento Vitamínico e Mineral Regenerador Articular para Equino: sulfato de condroitina a 7,5 g; sulfato de glucosamina 7,5 g; veículo q.s. p 100,0 ml; em embalagem apropriada, validade mínima de 90 dias da data da compra; apresentação em frasco ampola contendo 10 ml	Ampola 10 mililitro	100	R\$ 152,46
32	467067	Suplemento Nutricional Energético: suplemento energético para equinos; níveis de garantia mínimo por 1L: Ácido Linoléico (Min.) 348,60 g, Ácido Linolênico (Min.) 19,92g, Ácido Oléico (Min.) 418,32g, Energia Metabolizável (Min.) 3.870 kcal, Gama-orizanol (Min.) 9.960 mg, Vitamina E (Min.) 1.100 UI, Veículo q.s.p 1.000ml; apresentado em galão de 5L.	Embalagem de 5 Litro	120	R\$ 185,77
33	409124	Tratamento Contra Babesiose Injetável: solução; com 12% de imidocarb; embalado em frasco de 15 ml.	Frasco de 15 mililitro	04	R\$ 66,27
		Suplemento Proteico para Alimentação: contendo aminoácidos, vitaminas, leveduras e prebióticos; níveis de garantia por kg do produto: Proteína bruta (Mín.) 178,6 g, Extrato etéreo (Mín.) 28,3 g, Fibra bruta (Máx.) 500 mg, Matéria mineral (Máx.) 61,0 g, Umidade (Máx.) 100 g, Saccharomyces cerevisiae (Mín.) 9 x 10 UFC, Mananoligossacarídeos (Mín.) 1.000 mg, Fruto-oligossacarídeos (Mín.) 2.000 mg,			

34	467067	Vitamina B1 (Mín.) 5,4 mg, Vitamina B2 (Mín.) 19 mg, Vitamina B6 (Mín.) 11,2 mg, Vitamina B12 (Mín.) 24 mcg, Biotina (Mín.) 2,8 mg, Ácido fólico (Mín.) 10 mg, Colina (Mín.) 750 mg, Ácido nicotínico (Mín.) 20,30 mg, Lisina (Mín.) 16,68 g, Histidina (Mín.) 3.526 mg, Arginina (Mín.) 9.770 mg, Ácido aspártico (Mín.) 18,11 g, Treonina (Mín.) 7.699 mg, Serina (Mín.) 9.803 mg, Ác. glutâmico (Mín.) 20,36 g, Prolina (Mín.) 7.327 mg, Glicina (Mín.) 8.481 mg, Alanina (Mín.) 11,97 g, Cistina (Mín.) 2.461 mg, Valina (Mín.) 9.668 mg, Metionina (Mín.) 6.649 mg, Isoleucina (Mín.) 8.740 mg, Leucina (Mín.) 13,3 g, Tirosina (Mín.) 4.570 mg, Fenilalanina (Mín.) 7.130 mg;	Pacote 1 quilograma	80	R\$ 83,41
35	336021	Corda de Fibra de Poliamida ou polipropileno, 12 mm Branca, embalagem com 100 metros	Unidade	03	R\$ 465,14
36	622092	Balde: Reforçado; com apoio de mão no fundo; confeccionado com plástico resistente; alça metálica para transporte; medidas internas 290mm x altura 220mm; na cor preta, capacidade para 12 L.	Unidade	100	R\$ 16,39

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 508.255,18

8.1 A pesquisa de preço foi realizada conforme Decreto Estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023, do qual regula o §1º do artigo 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e dispõe sobre o procedimento administrativo de definição do valor estimado para aquisição de bens, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica estadual

8.2. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 508.255,18 (quinhentos e oito mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e dezoito centavos)**, conforme custos apostos em tabela descritiva no Termo de Referência.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

### Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A solução será objeto de parcelamento por meio da divisão em itens independentes. Tal estratégia visa ampliar a competitividade, permitindo que fornecedores especializados (como selarias, empresas de produtos veterinários e fabricantes de materiais esportivos de hipismo) participem do certame em seus respectivos nichos. A adjudicação por item garante a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração em cada categoria de material, atendendo ao disposto no Art. 40, §2º, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da viabilidade técnica e da economia de escala.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

### Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

### **Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1. Considerando que tal documento não é obrigatório com base no §2º, Art. 18, da Lei Federal Nº 14.133/21 cc §1º, Art. 5, Decreto Estadual Nº 68.017/2023, somado ao Artigo único do Decreto Estadual Nº 67.689/2023, o qual tornou facultativo o PCA para o presente ano.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

### **Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1. Execução plena das atividades curriculares do Curso de Bacharelado em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública no que tange às unidades didáticas Policiamento Montado I e Policiamento Montado II.

12.2 Prevenção de acidentes durante o desenvolvimento das instruções.

12.3 Aprimoramento no cuidado da saúde dos animais por meio de cuidados de higiene e de suplementação alimentar conforme a demanda veterinária, prevenindo doenças e evitando lesões.

12.4 Promover melhor qualidade de vida para os animais da PMESP e maior conforto e segurança para os Alunos Oficiais PM desta Casa de Ensino.

## **13. Providências a serem Adotadas**

### **Providências a serem Adotadas**

13.1. Não foram identificadas providências adicionais além daquelas já previstas neste Estudo Técnico Preliminar, considerando a adequação da solução proposta às necessidades da Administração.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

### **Possíveis Impactos Ambientais**

14.1. A contratação foi analisada sob o prisma da sustentabilidade, buscando minimizar o impacto ambiental gerado pelo descarte de materiais de consumo e equipamentos desgastados. A estratégia adotada foca nos seguintes eixos:

14.1.1. Gerenciamento de Resíduos Veterinários e de Higiene: Os produtos para asseio e saúde dos semoventes deverão ser utilizados conforme a demanda técnica, visando evitar o desperdício e o descarte de substâncias químicas no solo ou em redes de esgoto sem o devido tratamento, preservando a saúde dos solípedes e o meio ambiente local.

14.1.2. Logística Reversa de Embalagens: Sempre que possível, as empresas contratadas deverão priorizar o fornecimento de produtos cujas embalagens (plásticas ou metálicas) possam ser destinadas à reciclagem ou retornadas ao ciclo produtivo, reduzindo o acúmulo de resíduos sólidos na Academia.

14.1.3. Ciclo de Vida dos Materiais de Montaria: Para os equipamentos de couro e metal, será priorizada a manutenção preventiva e a recuperação de itens, visando estender a vida útil do patrimônio da PMESP e retardar o descarte final.

14.1.4. Descarte Responsável: Materiais que atingirem o fim de sua vida útil e não permitirem reutilização ou reciclagem, como selas e arreios severamente danificados, serão descartados seguindo as regulamentações ambientais vigentes para resíduos de couro tratado e metais, evitando contaminações.



14.2. Esse contexto reforça o compromisso da Polícia Militar com a aplicação de metodologias conscientes, garantindo que o aprimoramento do treinamento dos futuros Oficiais e o bem-estar animal ocorram de forma sustentável e socialmente responsável.

## 15. Garantia contratual

### Garantia Contratual

15.1 Após a análise dos riscos associados à contratação, conclui-se que o objeto apresenta baixo risco de inadimplemento, não envolvendo complexidade técnica ou financeira relevante. Assim, não será exigida garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1.1 A viabilidade desta contratação fundamenta-se na convergência entre a necessidade educacional e a eficiência administrativa, conforme detalhado nos seguintes pontos:

**Necessidade Pedagógica e Operacional:** A aquisição é essencial para garantir o cumprimento do currículo do Curso de Formação de Oficiais (CFO), especificamente nas disciplinas de "Policamento Montado I e II". Uma vez que a falta de equipamentos adequados compromete o treinamento de valências físicas, cognitivas e de tomada de decisão sob pressão, fundamentais para os futuros comandantes da PMESP.

**Saúde e Bem-Estar Animal:** Os itens de asseio e higiene são indispensáveis para a manutenção da saúde dos solípedes (patrimônio do Estado), prevenindo doenças e lesões que poderiam onerar a administração com tratamentos veterinários complexos.

**Economicidade e Eficiência Logística:** A opção pelo Sistema de Registro de Preços demonstra viabilidade financeira ao permitir a reposição conforme a demanda, reduzindo custos de estoque e evitando perdas por deterioração de materiais. Além disso, a estratégia de parcelamento por itens amplia a competitividade, atraindo fornecedores especializados e garantindo a seleção da proposta mais vantajosa.

**Conformidade Legal e Sustentabilidade:** O processo está estritamente alinhado à Lei Federal nº 14.133/2021. A análise de impacto ambiental incorporada assegura que o ciclo de vida dos materiais e o descarte de resíduos sigam diretrizes de responsabilidade socioambiental.

**Baixo Risco Administrativo:** A contratação apresenta baixo risco de inadimplemento e não possui complexidade técnica ou financeira excessiva, o que justifica a dispensa de garantia contratual e simplifica o rito administrativo.

16.1.2 Diante do exposto, a solução proposta mostra-se plenamente apta a atingir os objetivos da Administração Pública, assegurando a continuidade das atividades da APMBB com segurança e qualidade.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JEFFERSON DE CARVALHO COSTA**

2º Sgt PM Chefe de Almoxarifado



*Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 11:41:14.*

Anexo III - Modelo de planilha de proposta						
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	MARCA - MODELO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR	
					UNITÁRIO	TOTAL
1			Unidade			R\$ -
TOTAL GERAL						R\$ -

ESP-ACADEMIA DE POL. MILITAR BARRO BRANCO

# Ata de Registro de Preços 9/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
9/2026	180174-ESP-ACADEMIA DE POL. MILITAR BARRO BRANCO	FELIPPE ANSELMO COSMO	21/05/2026 14:39 (v 0.5)
Status	DISPONIBILIZADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		057.00258434/2025-90

## Cabeçalho



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO BARRO BRANCO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**ARP N.º 174/005/26**

O Estado de São Paulo, por intermédio da Polícia Militar do Estado de São Paulo - Academia de Polícia Militar do Barro Branco, com sede na Avenida Água Fria, 1923, na cidade de São Paulo - SP, inscrita no CNPJ sob nº 04.198.514/0053-85, neste ato representada pelo Coronel PM Adalberto Gil Lima Mendonça, nomeado conforme publicação inserta no DOE de 30 de abril de 2026, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, considerando o resultado obtido conforme o processo administrativo n.º 057.00258434/2025-90, resolve celebrar a presente ATA de REGISTRO DE PREÇOS, procedendo ao registro dos preços dos fornecedores indicados e qualificados nesta ata, de acordo com a classificação por eles alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no Edital de, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no licitação Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, c/c o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais preceitos da legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.ir:

## 1. Do objeto

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de de materiais de montaria, materiais de higiene e suplementação alimentar para os Equinos do Destacamento Montado do Barro Branco, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do edital, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

## 2. Dos preços, especificações e quantitativos

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/ME, endereço, contatos, representante)						
Item	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Sela Em Couro: Sela de salto, tipo inglesa, tamanho 17,5", confeccionada em couro bovino de alta qualidade tipo exportação na cor preta com garantia de, pelo menos 1 (um) ano no que se refere ao tingimento do couro. A armação deverá ser confeccionada em madeira laminada tratada, com pintura antiumidade e reforçada com aço inoxidável, ou outro material com qualidade equivalente, como polipropileno rígido, e com garantia de, no mínimo, 05 (cinco) anos. O assento e as borrainas confeccionadas em couro duplo engraxado antiderrapante com espessura de 2mm e com preenchimento em poliuretano injetável macio e com memória elastomérica. As abas deverão ser confeccionadas em sola 5mm com borrainas fixas. O suadouro em couro duplo de 2mm com preenchimento em poliuretano injetável macio e com memória elastomérica. Os porta loros deverão ser fundidos em aço inox e com trava de segurança. Deverá conter duas		Unidade	15	R\$	R\$

	meia argolas para fixação de peitoral e 3 ponteiros para a cilha.					
2	Protetor lombar confeccionado em composto anti-impacto, com formato anatômico acompanhando o lombo do cavalo respeitando a curvatura de cernelha e fazendo com que a sela se eleve, com a finalidade de aliviar o contato e a pressão sobre o cavalo.			15	R\$	R\$
3	Cabeçada: Modelo inglês, em couro soleta 35/40 linhas, na cor preta, com fivelas hípicas em aço inox de 16mm; com 2 faceiras para freio e bridão, com focinheira, testeira e cachaceira forradas em vaqueta; cachaceira 1,20m, ponteiros 21cm, testeira 55cm, focinheira 80cm, com ressalto forrado em atanado.		Unidade	56	R\$	R\$
4	Rédea: em couro soleta 35/40 linhas de cor escura e cadaço na cor preta com fivelas de metal niquelado; 2.80m de comprimento com ponteiros e parte central em couro e largura de 20mm.		Unidade	50	R\$	R\$
5	Barrigueira para Sela de Equitação: Tipo bavete em couro 35 linhas, na cor preta, com proteção em vaqueta e pi 12mm extra soft e elástico inglês verde duplo; com mosquetão central de 5cm, duas meia argolas laterais de 22mm e quatro fivelas de rolete de 25mm; fixação da sela ao cavalo e proteção contra rampão em formato anatômico; medindo 8 cm na parte dos elásticos, com quatro elásticos duplos de 38mm, e com 30cm na parte inferior, nos tamanhos 1,10m, 1,20 e 1,30 m de acordo com a demanda da contratante.		Unidade	50	R\$	R\$
	Peitoral Com Martingal: Modelo aberto em V, em couro 45 linhas na cor preta, com elástico inglês verde, com					

6	largura de 20mm aproximadamente; com fivela de regulagem em cada uma das três pontas, em latão niquelado, argola de 32mm com proteção de couro; fixação na sela com mosquetões, fornecido com martingal de soletade 35/40 linhas c/fivelas para regulagem, argolas e mosquetão.		Unidade	30	R\$	R\$
7	Manta para Solípedes: confeccionada em brim especial acolchoada com espuma, com densidade D33, espessura de aproximadamente 20mm; com costuras quadriculadas capitonê, para sela modelo inglês, com passadores de cilha; medindo 60cm de comprimento por 90cm de largura aproximadamente, na cor única azul marinho.		Unidade	60	R\$	R\$
8	Loro Hípico: confeccionado em vaqueta de couro tripla reforçada internamente com nylon; fivela em aço inox; 1,25 m de comprimento e 25mm de largura máxima, com furação de 20mm entre os furos; para suporte de estribos, sendo comercializado o par do loro hípico.		Unidade	40	R\$	R\$
9	Estribo: tipo hípico; em alumínio, peça única, sem soldas ou parafusos; soleira com borracha antiderrapante, com encaixe perfeito; pesando no máximo 2kg o par, sendo comercializado o par do estribo.		Unidade	15	R\$	R\$
10	Protetores para Solípedes para Membros Anteriores: protetor para tendões confeccionado em borracha b-foam 6 mm, com proteção injetado tpu5127 /d50-d60 abrasão pfi 22 na área do tendão; na cor preta; costurado com linha nylon 60, 100% poliamida, fechamento com duas faixas elásticas e pinos com três ajustes medindo aproximadamente 27cm,		Unidade	10	R\$	R\$

	sendo comercializado o par do protetores para solípedes para membros anteriores.					
11	Protetores para Solípedes para Membros Posteriores: Em Borracha B-foam 6 mm, com proteção injetado tpu5127/d50-d60 abrasão pfi 22 na área do boleto; na cor preta; costurado com linha nylon 60 100% poliamida, fechamento por pinos em aço inox com regulador de tensão em quatro estágios, sendo comercializado o par do protetores para solípedes para membros anteriores.		Unidade	10	R\$	R\$
12	Rasqueadeira: para equinos, medindo no mínimo (16cmx9cmx2cm) (comprimento x largura x espessura), c/4 fileiras de dentes e duas lisas; alumínio mínimo de 1mm de espessura sem cantos vivos (arredondados).		Unidade	80	R\$	R\$
13	Escova para Equinos: base de madeira; formato retangular; cepa em nylon; medidas aproximadas 25cmx8cm (comprimento x largura); cerdas duras; indicada para limpeza superficial de equinos. Cor deverá ser neutra.		Unidade	200	R\$	R\$
14	Óleo para Conservação de Couro: líquido brilhante; com odor de amêndoas; composto a base de óleo de amêndoas, óleo de mocotó, óleo mineral, butilhidroxitolueno, lanolina, essência com perfume de amêndoas e veículo q.s.p; com consistência viscosa de densidade: 0,82- 0,86 g/cm <sup>3</sup> ; para conservação de matérias de couro.		Frasco 1000 mililitros	15	R\$	R\$
	Capacete Esportivo para equitação /equoterapia em conformidade com as normas en1384:2017(comunidade europeia); de astm1163-15(eua) composto por 4 camadas de absorção de impacto com sistema de fixação e ajustes; abertura de ar, com o modo on					



15	<p>/of, com três pontos de fixação e ajuste na jugular e laterais; tamanho adulto de 500 mm a 640 mm com dispositivo giratório na parte traseira para regulagem; com forração em tecido vinílico; fecho</p> <p>engate rápido de prolipropileno com alça identificada em vermelho; com no mínimo 3 aberturas de ventilações; na cor preta; tiras de prolipropileno de alta tenacidade com largura máxima de 20mm; com pintura de brasão estilizado.</p>		<b>Unidade</b>	40	R\$	R\$
16	<p>Repelente de Uso Veterinário para Equinos: composto de no mínimo 15ml de óleo essencial de citronela para cada 100ml de veículo; registrado no ministério da agricultura com validade de 24 meses; utilizado para repelir insetos buscando evitar a transmissão de doenças, em embalagem contendo 5 litro.</p>		<b>Galão 5 Litros</b>	20	R\$	R\$
17	<p>Shampoo Profissional de Uso Veterinário P/equinos: produto concentrado 1: 10, composto de; lauril éter sulfato de sódio 25%, dietanolamina de ácido graxo de coco 3%, coco amido propilbetaina 1%; óleo de coco, veículo qsp 100%, fabricante c/ licença e produto com processo de licenciado no mapa; em embalagem contendo 5 litro;</p>		<b>Galão 5 Litros</b>	30	R\$	R\$
18	<p>Abrilhantador de Uso Veterinário para Equinos: composto de 61.2 gramas de dimethicone por 1000ml de veículos; licenciado pelo ministério da agricultura com validade de 24 meses; utilizado p/ desembaraçar caudas e crinas de equinos, não podendo ser óleo e creme, contendo 5 Litros.</p>		<b>Galão 5 Litros</b>	20	R\$	R\$
	<p>Bota de Equitação: em pvc totalmente impermeável; cano longo, em pvc, sem furacão; ajustado com elástico em</p>					

19	elástico na parte traseira superior (panturrilha); solado em pvc, resistência ao escorregamento; tamanhos variados de 34 a 48 de acordo com a demanda da contratante; na cor preta, sem detalhes; colocação do solado injetado no cabedal; unisex; palmilha de montagem em pvc; sem palmilha higiênica; sem biqueira; sem alma.		Par	180	R\$	R\$
20	Bota de Equitação: em pvc totalmente impermeável; cano longo, em pvc, sem furacão; ajustado com elástico em elástico na parte traseira superior (panturrilha); solado em pvc, resistência ao escorregamento; tamanhos variados de 34 a 48 de acordo com a demanda da contratante; na cor preta, sem detalhes; colocação do solado injetado no cabedal; unisex; palmilha de montagem em pvc; sem palmilha higiênica; sem biqueira; sem alma.		Par	70	R\$	R\$
21	Estribo de segurança: estribo de segurança com haste lateral móvel com abertura de 90° para liberar o pé em caso de queda, passador de loro angulado, soleira com inclinação de 5°, formato ergonômico arredondado, produzido em poliuretano de alta qualidade, na cor preta, sendo comercializado o par do estribo.		Unidade	5	R\$	R\$
22	Guia de Trabalho de Equinos: confeccionada em algodão de 25mm de alta resistência; costuras com reforço de couro em vaqueta macia; mosquetão de latão niquelado; alça para encaixar a mão costurada com reforço na outra extremidade.		Unidade	4	R\$	R\$
23	Chicote de Guia: preto; feito em fibra flexível revestida por nylon com 180cm; cabo de borracha; ponteira medindo pelo menos		Unidade	10	R\$	R\$

	170cm em nylon; comprimento total de 350 cm.					
24	Espora Hípica: confeccionado em aço inox; na cor prateada, aro de seção semielíptico; 2 aberturas de 15mm para correia de espora; cão redondo no tamanho de 20mm (sendo comercializado o par da espora).		Unidade	30	R\$	R\$
25	Suplemento Vitaminico e Mineral Aminoácido para Equinos: suplemento aminoácido, mineral e vitamínico para alimentação animal; níveis de garantia 20kmínima por Kg do produto: Ácido Aspártico (Mín.) 600,00 mg, Ácido Fólico (Mín.) 181,18 mg, Ácido Glutâmico (Mín.) 3.400,00 mg, Ácido Nicotínico (Mín.) 600,00 mg, Alanina (Mín.) 6.300,00 mg, Arginina (Mín.) 3.400,00 mg, Biotina (Mín.) 99,00 mg, Cálcio (Mín.) 157,13g (Máx.) 188,47 g, Cisteína (Mín.) 242,84 mg, Cobalto (Mín.) 200,00 mg, Cobre (Mín.) 736,00 mg, Colina (Mín.) 3.715,90 mg, Cromo (Mín.) 80,00 mg, Enxofre (Mín.) 13,71 g, Fenilalanina (Mín.) 2.000,00 mg, Ferro (Mín.) 2.352,00 mg, Fósforo (Mín.) 106,30 g, Glicina (Mín.) 11,10 g, Histidina (Mín.) 600,00 mg, Iodo (Mín.) 124,50 mg, Isoleucina (Mín.) 1.600,00 mg, Carnitina (Mín.) 96,00 mg, Leucina (Mín.) 3.000,00 mg, Lisina (Mín.) 23,00 g, Magnésio (Mín.) 32,20 g, Manganês (Mín.) 558,00 mg, Metionina (Mín.) 12,30 g, Pantotenato de cálcio (Mín.) 475,00 mg, Prolina (Mín.) 8.600,00 mg, Saccharomyces cerevisiae (Mín.) 1x1010 UFC, Selênio (Mín.) 44,97 mg, Serina (Mín.) 700,00 mg, Sódio (Mín.) 3.700,00 mg, Tirosina (Mín.) 1.000,00 mg, Treonina (Mín.) 500,00 mg, Triptofano (Mín.) 300,00 mg, Valina (Mín.) 2.300,00 mg, Vitamina A (Mín.) 532.000,00 UI, Vitamina B1 (Mín.) 239,55 mg, Vitamina B12 (Mín.) 1.100,00 mcg, Vitamina B2 (Mín.) 240,00 mg, Vitamina B6 (Mín.) 199,00 mg, Vitamina C (Mín.) 4.947,00 mg, Vitamina D3 (Mín.) 150.000,00 UI, Vitamina E (Mín.) 1.000,00 UI, Zinco (Mín.) 4.043,40 mg; apresentado em embalagem de 20 kg		Saco 20 quilograma	20	R\$	R\$
	Suplemento Vitaminico e Mineral para Recuperação Física: níveis de garantia mínima por kg do produto: Ácido Aspártico (Mín.) 9.255,7 mg, Ácido Glutâmico (Mín.) 19,11 g, Alanina (Mín.) 22,869 g, Arginina (Mín.) 7.072 mg, Beta hidroxi metil butirato (Mín.) 1.774 mg, Betaína					

26	(Mín.) 9.788 mg, Cisteína (Mín.) 581,4 mg, Colina (Mín.) 10 g, Cromo (Mín.) 102,5 mg, Fenilalanina (Mín.) 4.213 mg, Glicina (Mín.) 49,652 g, Glicose (Mín.) 201,8204 g, Histidina (Mín.) 1.148 mg, Isoleucina (Mín.) 2.033 mg, L-Carnitina (Mín.) 20 g, Leucina (Mín.) 7.514 mg, Lisina (Mín.) 28,929 g, Metionina (Mín.) 13,424 g, Prolina (Mín.) 27,981 g, Serina (Mín.) 1.252 mg, Tirosina (Mín.) 1.141 mg, Treonina (Mín.) 378,5 mg, Triptofano (Mín.) 531,4 mg, Valina (Mín.) 5.542 mg.		<b>Frasco 1 litro</b>	20	R\$	R\$
27	Medicamentos de Uso Veterinário: Ácido Fólico (Vitamina B9) (Mín.) 9.920 mg, Ácido Nicotínico (Vitamina B3) (Mín.) 1.000 mg, Cobalto (Mín.) 100 mg, Cobre (Mín.) 507 mg, Extrato de echinacea (Mín.) 3.200 mg, Ferro (Mín.) 9.003 mg, Glicose (Mín.) 201,4 g, Lisina (Mín.) 39,996 g, Pantotenato de Cálcio (Mín.) 980 mg, Vitamina B1 (Mín.) 1.500 mg, Vitamina B12 (Mín.) 30.000 mcg, Vitamina B2 (Mín.) 1.520 mg, Vitamina B6 (Mín.) 1.188 mg, Vitamina K3 (Mín.) 297 mg, Zinco (Mín.) 5.002 mg		<b>Frasco 1 litro</b>	25	R\$	R\$
28	Suplemento Solução Injetável: Solução injetável contendo vitaminas, aminoácidos e minerais; contendo em 500 ml do produto: 10 mg de Vit. B1 (Tiamina) + 50 mg de Vit. B2 + 10 mg de Vit. B6 + 1 g de Nicotinamida + 150 mg de Pantotenato de Cálcio + 1,5 g de DL Metionina + 2,75 g de Cloreto de Sódio + 185 mg de Cloreto de Potássio + 150 mg de Cloreto de Cálcio (= 198 mg de Cloreto de Cálcio diidratado) + 150 mg de Cloreto de Magnésio (= 321 mg de Cloreto de Magnésio Hexaidratado). Cada ampola de 3 mL contém 10 mg de Vit. B12 (Cianocobalamina); vencimento acima de 12 meses; Frasco de 500ml e uma Ampola de Vitamina B12.		<b>Frasco 500 mililitro</b>	30	R\$	R\$
29	Graxa para Casco: Solução; Composto de 21% de Óleos e Ácidos Graxos; 1,5% de Corantes e Aromatizantes; 70% de Vaselina Branca e 7,5% de Óleo Mineral; Tópico.		<b>Pacote 300 gramas</b>	9	R\$	R\$
30	Suplemento Nutricional para Cascos de Equinos: níveis de garantia mínima por kg do produto Ácido Fólico (Vitamina B9) (Mín.) 1.200,74 mg, Betacaroteno (Mín.) 2,81 mg, Betaína (Mín.) 10,0016 g, Biotina (Mín.) 3.000,7 mg, Lisina (Mín.) 73,2 g, Manganês (Mín.)		<b>Frasco 1 litro</b>	60	R\$	R\$

	6.001,64 mg, Metionina (Mín.) 29,7 g, Selênio (Mín.) 50,13 mg, Taurina (Mín.) 21,9 g, Vitamina B6 (Mín.) 2.403,51 mg, Zinco (Mín.) 19,0004 g; vencimento acima de 12 meses.					
31	Suplemento Vitamínico e Mineral Regenerador Articular para Equino: sulfato de condroitina a 7,5 g; sulfato de glucosamina 7,5 g; veículo q.s.p 100,0 ml; em embalagem apropriada, validade mínima de 90 dias da data da compra; apresentação em frasco ampola contendo 10 ml.		<b>Ampola 10 mililitro</b>	100	R\$	R\$
32	Suplemento Nutricional Energético: suplemento energético para equinos; níveis de garantia mínimo por 1L: Ácido Linoléico (Mín.) 348,60 g, Ácido Linolênico (Mín.) 19,92g, Ácido Oléico (Mín.) 418,32g, Energia Metabolizável (Mín.) 3.870 kcal, Gama-orizanol (Mín.) 9.960mg, Vitamina E (Mín.) 1.100 UI, Veículo q.s.p 1.000ml; apresentado em galão de 5L.		<b>Galão de 5 litros</b>	120	R\$	R\$
33	Tratamento Contra Babesiose Injetável: solução; com 12% de imidocarb; embalado em frasco de 15 ml.		<b>Frasco 15 mililitro</b>	4	R\$	R\$
34	Suplemento Proteico para Alimentação: contendo aminoácidos, vitaminas, leveduras e prebióticos; níveis de garantia por kg do produto: Proteína bruta (Mín.) 178,6 g, Extrato etéreo (Mín.) 28,3 g, Fibra bruta (Máx.) 500 mg, Matéria mineral (Máx.) 61,0 g, Umidade (Máx.) 100 g, Saccharomyces cerevisiae (Mín.) 9 x 10 UFC, Mananoligossacarídeos (Mín.) 1.000 mg, Fruto-oligossacarídeos (Mín.) 2.000 mg, Vitamina B1 (Mín.) 5,4 mg, Vitamina B2 (Mín.) 19 mg, Vitamina B6 (Mín.) 11,2 mg, Vitamina B12 (Mín.) 24 mcg, Biotina (Mín.) 2,8 mg, Ácido fólico (Mín.) 10 mg, Colina (Mín.) 750 mg, Ácido nicotínico (Mín.) 20,30 mg, Lisina (Mín.) 16,68 g, Histidina (Mín.) 3.526 mg, Arginina (Mín.) 9.770 mg, Ácido aspártico (Mín.) 18,11 g, Treonina (Mín.) 7.699 mg, Serina (Mín.) 9.803 mg, Ác. glutâmico (Mín.) 20,36 g, Prolina (Mín.) 7.327 mg, Glicina (Mín.) 8.481 mg, Alanina (Mín.) 11,97 g, Cistina (Mín.) 2.461 mg, Valina (Mín.) 9.668 mg, Metionina (Mín.) 6.649 mg, Isoleucina (Mín.) 8.740 mg, Leucina (Mín.) 13,3 g, Tirosina (Mín.) 4.570 mg, Fenilalanina (Mín.) 7.130 mg;		<b>Pacote 1 quilograma</b>	80	R\$	R\$
35	Corda de Fibra de Poliamida ou polipropileno, 12 mm Branca, embalagem com 100 metros.		<b>Unidade</b>	3	R\$	R\$

36	Balde: Reforçado; com apoio de mão no fundo; confeccionado com plástico resistente; alça metálica para transporte; medidas internas 290mm x altura 220mm; na cor preta, capacidade para 12 L.		Unidade	100	R\$	R\$
----	---	--	---------	-----	-----	-----

### 3. Órgão(s) gerenciador(es) e participante(s)

3.1 O órgão gerenciador será a Academia de Polícia Militar do Barro Branco;

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

### 4. Da adesão à Ata de Registro de Preços

4.2. Durante a vigência desta ata de registro de preços, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de intenção de registro de preços poderão aderir à ata na condição de não participantes, observados os limites e regras estabelecidos neste instrumento, bem como os seguintes requisitos:

a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

c) consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2.1. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.2.2. Após a autorização do órgão ou entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.2.3. O prazo para efetivar a contratação de que trata a subdivisão acima poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou entidade não participante aceita pelo órgão ou entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.2.4. O órgão ou entidade integrante da ata de registro de preços poderá aderir, na qualidade de não participante, a item(ns) para o(s) qual(is) não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos das subdivisões deste item 4.

4.2.5. É da competência do respectivo órgão ou entidade que tenha aderido à ata na condição de não participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, em relação à sua própria contratação, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora.

#### Dos limites para as adesões

4.2.6. As contratações adicionais decorrentes das adesões não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os participantes.

4.2.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

## 5. Validade, formalização da ata SRP e cadastro reserva

**5.1. O prazo de vigência e validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.**

5.1.1. A contratação decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e serão observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do instrumento da contratação deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A formalização da contratação com os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços deverá ocorrer no prazo de validade deste instrumento.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos fornecedores registrados nesta ata.

5.5. O registro de fornecedores que esteja incluído nesta ata na forma de anexo - ao se verificar a existência de fornecedor(es) que tenha(m) aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário ou que tenha(m) mantido sua proposta original - consiste na formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

**5.6. A habilitação do(s) fornecedor(es) que compõe(m) o cadastro de reserva na hipótese a que se refere o item 5.5, será(ão) efetuada(s) quando houver necessidade de contratação do(s) fornecedor(es) remanescente(s), por impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata, observada a disciplina estabelecida nesta ata e no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.**

5.7. O preço registrado, com indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência desta ata de registro de preços.

5.8. Caso se caracterize hipótese de impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata de que trata o item 5.6, observado o disposto no referido item, ficará facultado à Administração convocar os fornecedores remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.8.1. Na hipótese de nenhum dos fornecedores que tenham aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado nos termos da subdivisão acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1, poderá:

5.8.1.1. Convocar para negociação os fornecedores remanescentes que tenham mantido sua proposta original, quando houver, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

5.8.1.2. Adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, observado o disposto nas subdivisões deste item 5 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

5.10. No prazo de validade deste instrumento, o(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) não participará(ão) em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto, salvo na hipótese do inciso VIII do caput do art. 82 da Lei nº 14.133, de 2021, quando for o caso.

## 6. Alteração ou atualização dos preços registrados

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do(s) item(ns) registrado(s), nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou da superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.2. É previsto reajustamento dos preços registrados nesta ata, observados os mesmos critérios estabelecidos no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 para o reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente.

6.2.1. Caso seja(m) realizado(s) reajustamento(s) dos preços desta ata, somente caberá reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente se forem observados os requisitos especificados no respectivo instrumento, e for ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir dos efeitos do último reajustamento dos preços desta ata anterior à celebração da referida contratação. No caso de reajustamento(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos do último reajustamento.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

6.3. É vedado:

**a) efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços;**

## **7. Negociação dos preços registrados**

7.1. Quando, por motivo superveniente, o preço registrado se tornar superior àquele praticado no mercado, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a sua redução.

7.1.1. Quando for exitosa a negociação a que alude a subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que realizem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.2. O fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas, caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado.

7.1.2.1. Na hipótese prevista na subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 9.1.3.

7.1.2.1.1 O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa, caso, nas negociações a que alude a subdivisão acima, os fornecedores do cadastro de reserva não aceitem reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.2. Quando o preço praticado no mercado se tornar superior ao preço registrado, o fornecedor poderá requerer ao órgão ou entidade gerenciadora a alteração do preço registrado, desde que observe os requisitos especificados no item 7.2.1.

7.2.1. O requerimento a que alude o item 7.2 deverá observar o disposto no item 6.1 e estar acompanhado de:

- a) prova de fato superveniente que impossibilite o cumprimento do compromisso registrado nesta ata;
- b) documentação comprobatória da inviabilidade de manutenção do preço registrado.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação dos requisitos especificados nos itens 7.2 e 7.2.1:

- a) o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora;
- b) o fornecedor deverá cumprir o compromisso registrado na ata sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, em especial aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.3. Quando realizado o cancelamento do registro do fornecedor a que alude a alínea “b” do item 7.2.2, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.6.

7.2.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa, caso não obtenha êxito nas negociações a que alude a subdivisão acima.

7.2.4. Quando forem comprovados os requisitos estabelecidos nos itens 7.2 e 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora:

- a) alterará o preço registrado, observados os valores praticados pelo mercado, no limite do impacto causado pelos fatos supervenientes ensejadores da inviabilidade de manutenção do preço inicial;



b) comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes desta ata de registro de preços, para eventual alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. Remanejamento das quantidades registradas na ata SRP**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços e, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, órgãos ou entidades não participantes, nas seguintes condições:

- a) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- b) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, caso seja admitida a adesão no item 4 deste instrumento, hipótese em que serão observados os limites previstos no art. 86 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora somente autorizará o remanejamento solicitado que seja justificado pelo solicitante, se houver prévia anuência do fornecedor e do órgão ou entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

## **9. Cancelamento do registro do licitante vencedor e dos preços registrados**

9.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará o registro do fornecedor quando este:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) se recusar a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2.2; ou
- d) for apenado com sanção prevista no inciso III do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, aplicada no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo, ou sanção prevista no inciso IV do caput do mesmo artigo.

9.1.1. Na hipótese a que alude a alínea “d” da subdivisão anterior, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência desta ata de registro de preços, o órgão ou entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas novas contratações derivadas desta ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.1.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

9.1.3. Quando for cancelado o registro do fornecedor, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os fornecedores que compõem o cadastro de reserva, observados a ordem de classificação e o disposto no item 5.6.

9.1.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9.2. O órgão ou entidade gerenciadora poderá, justificadamente, cancelar, total ou parcialmente, os preços registrados nesta ata de registro de preços:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, à vista de prova da ocorrência superveniente de caso fortuito ou força maior que impossibilitem o cumprimento do compromisso registrado; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos dos itens 7.1.2.1.1 e 7.2.3.1.

## **10. Das penalidades**

10.1. O descumprimento desta Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

10.1.1. As sanções cabíveis também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

10.2. É da competência do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.3. É da competência do respectivo órgão ou entidade participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.4. O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora as ocorrências de que trata o item 9.1.4, para a finalidade indicada nessa disposição.

## 11. Condições gerais

11.1. Os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir nas condições estabelecidas, observado o disposto no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e neste instrumento.

11.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a celebrar contratações decorrentes desta ata de registro de preços, observando-se o disposto no item 5.9.

11.2. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão ou entidade interessada mediante a emissão de nota de empenho, cuja minuta integra como Anexo o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo fornecedor para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, o órgão ou entidade interessada verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.2.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o fornecedor será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais- CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

11.2.4. Com a finalidade de verificar se o fornecedor mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

11.2.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que o fornecedor, à época do certame, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra como Anexo o instrumento convocatório mencionado no item 1.1;

11.2.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o fornecedor com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no instrumento convocatório mencionado no item 1.1;

11.3. O fornecedor terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.3.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração;

11.3.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

11.3.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica o reconhecimento pelo fornecedor:

11.3.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.3.2. de que está vinculado às previsões contidas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e seus Anexos e à sua proposta;

11.3.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

11.3.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.3.5. dos direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação.

11.4. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item

## 12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**TAIANY CAROLINE SANTANA DA SILVA**

Responsável pela minuta de ata



*Assinou eletronicamente em 21/05/2026 às 14:37:09.*

#### **ANEXO IV**

#### **MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** (em papel timbrado do licitante)

*a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e*

*b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.*

*(Local e data).*

\_\_\_\_\_  
*(Nome/assinatura do representante legal)*



# DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 2 de março de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

## RESOLUÇÃO SSP-05/2026

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O **SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal,

### RESOLVE:

#### CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

**Artigo 1º** - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

**Artigo 2º** - São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**Artigo 3º** - As sanções administrativas aplicáveis são:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

**Artigo 4º** - Além das sanções previstas no artigo 3º desta Resolução, incidirá em multa de mora o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

**Parágrafo único.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

**Artigo 5º** - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**§1º** - São consideradas circunstâncias agravantes:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

**§ 2º** - São consideradas circunstâncias atenuantes:

**1** - a falha escusável do licitante ou contratado;

**2**- a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

**3**- a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;

**4** - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

**Artigo 6º** - Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º desta Resolução, sancionada por decisão administrativa irrecorrível.

**Parágrafo único** - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

## **CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES**

### **Seção I – Da Advertência**

**Artigo 7º** - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**Parágrafo único** - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

### **Seção II – Da Multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução**

**Artigo 8º** - A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

**Artigo 9º** - Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

**I** - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

**II** - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

**Artigo 10** – Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

**I** - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

**II** - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

**Artigo 11** – A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução será aplicada nos termos e percentuais abaixo indicados:

**I** - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

**II** - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

**III** - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**IV** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**V** - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**VI** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**VII** - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

**VIII** - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

**Artigo 12** - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

### **Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução**

**Artigo 13** - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução:

**I** - sobre o valor da parcela inadimplida;

**II** - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

**§1º**- A multa de mora prevista no *caput* deste artigo será:

**1** - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

**2** - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.



**3 -** no caso de obras e serviços de engenharia:

- a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;
- b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;
- c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.

**§ 2º** – Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §1º deste artigo serão contados em dias corridos.

**§ 3º** – A multa de mora poderá:

- 1 - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução;
- 2 - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;
- 3 - ensejar a extinção unilateral do contrato.

#### **Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar**

**Artigo 14** - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

**I** - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**II** - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

- a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**III** - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**IV** - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

#### **Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar**

**Artigo 15** – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

**I** - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**II -** de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**Parágrafo único** - A sanção prevista no *caput* será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

**I -** de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**II -** de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;

### **CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS**

**Artigo 16** - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

**I -** instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;

**II -** aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**III -** aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

**IV -** aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

**Parágrafo único** - Os atos previstos neste artigo serão formalizados mediante despacho motivado, com a devida indicação dos fundamentos fáticos e jurídicos.

**Artigo 17** - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

**I -** sanção de multa pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:**

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**Artigo 18** - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

## **CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

### **Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções**

**Artigo 19** - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

**I** - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º, desta Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;

**II** - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou

mais servidores estáveis.

**§1º** - O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

**§2º** - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - nos termos do Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023, e ser relacionados, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

**§3º** - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

**§4º** - Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização, deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

## **Seção II - Do registro da infração**

**Artigo 20** - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.

**§1º** - O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

**§ 2º** - O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

- 1** - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;
- 2** - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;
- 3** - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;
- 4** - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

**§ 3º** - O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo.

**§ 4º** - Compete:

**1** - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação.

**2** - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

**§ 5º** - Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

## **Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência**

**Artigo 21** - À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.

**§ 1º** - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

**§2º** - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

**§ 3º** - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

**Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º, inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução**

**Artigo 22** - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

**§1º** - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

**§2º** - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

**§3º** - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

**§4º** - Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

**Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**

**Artigo 23** - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

**§1º** - O despacho fundamentado consistirá:

- 1** - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;
- 2** - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

**§2º** - A comissão referida no inciso II do §1º deste artigo:

- 1** - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
- 2** - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**3** - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

**Artigo 24** - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

**Artigo 25** - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

**Artigo 26** - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**Artigo 27** - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

**Artigo 28** - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

**Parágrafo único** - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

## **Seção VI - Dos recursos**

**Artigo 29** - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

**Parágrafo único** - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

**Artigo 30** - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

**Artigo 31** - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**Artigo 32** - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

## **Seção VII - Das intimações**

**Artigo 33** - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).



**Parágrafo único** - Resultando infrutífera a intimação a que refere o *caput* deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

## **CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artigo 34** - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

**Artigo 35** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**Artigo 36** - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

**Artigo 37** - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput*

deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

**Artigo 38** - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

**Artigo 39** - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**Artigo 40** - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

**Artigo 41** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

**OSVALDO NICO GONÇALVES**

Secretário da Segurança Pública

**De:** Fabricio Soares/PMESP/BR

**Para:** UGE152-DSACG, UGE153-DEC, UGE154-CPI-6, UGE155-CPI-1, UGE156-CPI-7, UGE157-CPI-2, UGE158-CPI-3, UGE159-CPI-4, UGE160-CPI-5, UGE164-CIAP, UGE168-CPCHQ, UGE172-RPMON, UGE173-CAvPM, UGE174-APMBB, UGE175-ESSgt, UGE176-ESSd, UGE177-CPAM-6, UGE178-CPAM-7, UGE179-CPAM-8, UGE180-DL, UGE182-DP, UGE183-DTIC, UGE184-CORREG, UGE185-CPAM-1, UGE186-CPAM-2, UGE187-CPAM-3, UGE188-CPAM-4, UGE189-CPAM-5, UGE194-CIPM, UGE195-CMM, UGE196-CPTran, UGE197-CPRV, UGE198-CPAMB, UGE199-CCB, UGE220-CMED, UGE223-CPAM-9, UGE224-CPAM-10, UGE322-CODONT, UGE323-PMRG, UGE340-CMB, UGE341-EEF, UGE352-CPI-8, UGE353-CPAM-11, UGE362-CPI-9, UGE363-CPAM-12, UGE373-CPI-10, UGE378-CIAF, UGE379-CCOMSOC, UGE381-1BPRv, UGE382-2BPRv@PMESP, UGE383-3BPRv, UGE384-4BPRv, UGE385-5BPRv, UGE388-COPOM, UGE372-CAES

**cc:** Andre Mauricio De Melo Bastos/PMESP/BR, CESAR AUGUSTO CAMILO PILEGGI/cesarpileggi/PMESP/BR@PMESP, ALANA SANTOS ALVES PEQUENO/alanasa/PMESP/BR@PMESP, LUCAS RIBEIRO DE PAULA/lucasribeiro/PMESP/BR@PMESP, JULIANA DE PINHO ROJAS/julianarojas/PMESP/BR@PMESP

---

**Data:** Sexta-feira, 06 De março De 2026 02:27 PM

**Assunto:** Regulamentação da aplicação de sanções previstas na Lei federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria de Segurança Pública.

---

## SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

São Paulo, 06 de março de 2026.

MENSAGEM/NOTES Nº DF-015/10/26

Do Chefe da Divisão de Assessoria Técnica

Ao Srs. Dirigentes de UGE.

Assunto: Regulamentação da aplicação de sanções previstas na Lei federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria de Segurança Pública.

Interessado: Todas as UGE da U.O. 180.04 - PMESP.

Anexo: Resolução SSP-05/2026, publicada no D.O.E em 02MAR26.

Referência: 1) Lei Federal nº 14.133/21;

2) Decreto-lei Federal nº 4.657/42, arts. 20 e 30 - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - que preconiza a segurança jurídica e a motivação dos atos das autoridades públicas;

3) Lei Estadual nº 10.177/98 - Regula o Processo Administrativo no Âmbito da Administração Pública Estadual.

1. Incumbiu-me o Sr. Diretor de Finanças de informar a V. S.<sup>a</sup> que o Sr. Secretária de Segurança Pública, em seu turno, editou a Resolução nº SSP-05/2026, publicada no D.O.E. em 02MAR26, que ora segue apensado, a ser utilizado pela Administração (no âmbito da SSP/SP) para **a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021**, estabelecendo diretrizes que devem nortear os processos sancionatórios e de responsabilização instaurados para apuração de infrações praticadas em processos licitatórios ou contratos administrativos.

(See attached file: Resolução SSP-005\_2026.pdf)

2. Neste trilha, é pertinente registrar que as determinações contidas na



resolução **aplicam-se, a partir de sua publicação**, à apuração das infrações administrativas cometidas por licitantes e contratados no âmbito das **Unidades Gestoras Executoras (UGE)** subordinadas à respectiva pasta, incluindo a **Unidade Orçamentária da Polícia Militar (UO 180.04 - PMESP)**, sempre que submetidas ao regime jurídico da **Lei de Licitações e Contratos Administrativos (LLCA)**.

3. Dessa forma, para todas as **licitações** ou **contratações diretas com disputa eletrônica** que ainda **não tenham sido publicadas** no Portal Nacional de Contratações Públicas, bem como para as **contratações diretas sem disputa** cujo **termo de contrato ou instrumento substitutivo ainda não tenha sido celebrado**, **deverá ser realizado o saneamento dos autos**, mediante a **juntada de cópia integral da presente resolução**. A resolução, ao ser incorporada, **passará a integrar o edital e seus anexos**, ou o **termo de contrato (ou documento substitutivo)**, e **disciplinará a aplicação das sanções administrativas** em todas as contratações celebradas sob o regime jurídico da LLCA no âmbito desta Unidade Orçamentária.

4. Para tanto, registra-se que, no momento do preenchimento das **minutas de documentos padronizados** - em especial editais, avisos de contratação e termos de contrato - o servidor responsável deverá **adotar redação que faça remissão à utilização da referida resolução**, sugerindo-se a seguinte formulação:

*“A sanção de multa será calculada em conformidade com em conformidade com a Resolução nº SSP-05/2026, publicada no diário oficial do Estado de São Paulo em 02MAR26, que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo”*

5. Doravante, o **licitante**, o **contratado** ou qualquer **pessoa física ou jurídica** (doravante denominado *acusado*) que mantenha vínculo de natureza obrigacional com o Estado de São Paulo, por intermédio da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), ficará sujeito às **sanções administrativas previstas no art. 156 da LLCA**, caso pratique qualquer das infrações administrativas elencadas no art. 155 do mesmo diploma legal ou previstas no edital de licitação e nos documentos que o integram. As disposições aplicam-se igualmente às **contratações diretas**, tanto na fase pré-contratual quanto na fase contratual, conforme as regras estabelecidas na resolução.

6. Ademais, cabe ao **agente de contratação**, ao **gestor do contrato** ou a quem detenha atribuição para acompanhar sua execução **comunicar à autoridade competente** a conduta atribuída ao acusado. A autoridade, por sua vez, decidirá sobre a **instauração de processo sancionatório** destinado à aplicação das **sanções não restritivas** (advertência e multa), bem como sobre a **instauração do processo de responsabilização** quando se tratar de **sanções restritivas** (impedimento de licitar e contratar com o Estado e declaração de inidoneidade).

7. O **Processo de Responsabilização**, assim como qualquer procedimento destinado à apuração de infrações praticadas em processos licitatórios ou contratos administrativos, **deve ser instaurado, sem exceção, no Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo (SEI/SP)**, nos termos do Decreto Estadual nº 67.641/2023 e do art. 19, § 2º, da Resolução nº SSP-05/2026.

*Atenciosamente,*



Anexos:

Resolução SSP-005\_2026.pdf